



FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

**FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO**

*PRODUÇÃO CULTURAL NO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E LAZER
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO*

MARIA DANIELA SANTOS PEREIRA

Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre em Museologia

Orientador: Professor Doutor Rui Centeno

Co-orientadora: Dr.ª Alexandra Araújo

17 de dezembro de 2012

Versão definitiva



FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

**FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO**

*PRODUÇÃO CULTURAL NO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E LAZER
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO*

MARIA DANIELA SANTOS PEREIRA

Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre em Museologia

Orientador: Professor Doutor Rui Centeno

Co-orientadora: Dr.ª Alexandra Araújo

17 de dezembro de 2012

Versão definitiva

Resumo

Título: Produção Cultural no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer da Reitoria da Universidade do Porto

Relatório de Estágio

Palavras-chave: Produção; Exposições; Eventos; Cultura.

Este relatório tem como base o estágio desenvolvido no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer da Reitoria da Universidade do Porto. Não sendo este Departamento, um serviço diretamente ligado aos Museus da Universidade do Porto, não desenvolve apenas atividades de caráter museológico, mas atua em grande parte dos seus eventos em estreita colaboração com os museus, nomeadamente em exposições e eventos culturais contíguos às mesmas, entre outros eventos, independentes.

Após a permanência na instituição, é imperativa a elaboração do presente relatório, como resultado do processo de investigação e de descrição da experiência assimilada, que permitiu pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do 1.º ano do mestrado em Museologia.

Para um melhor enquadramento das temáticas abordadas durante o estágio, foi de extrema importância compreender os conceitos de programação e de produção cultural, assim como conhecer os desígnios que regem a conceção e a ocorrência de eventos de carácter cultural e nomeadamente as exposições, eventos com maior enfoque neste estágio.

Abstract

Title: Cultural Production at the Culture, Sport and Leisure Department of the Porto's University's Rectory

Internship Report

Keywords: Production, Exhibits, Events, Culture

This report is based on the internship developed at the Culture, Sport and Leisure Department of the Porto's University's Rectory. As this department is not directly linked with Porto's University Museums, besides developing numerous activities, as exhibits and cultural events attached to the museums, it also works on events, independently.

After my work at the department, it is imperative that I do this report, as a result of the investigation process and to describe the experience gathered, which allowed me to use the knowledge acquired throughout the first year of the Museology master's degree.

To a better understanding of the topics approached during the internship, it was of the upmost importance to comprehend the concepts of the cultural scheduling and production and also to know the plans the guide the conception and the happening of cultural events, namely the exhibits, events that had a large importance in this internship.

Resumé

Titre : Production Culturelles dans le Département de Culture, Sports et Loisirs du Rectorat de l'Université de Porto.

Rapport de stage

Mots-clés: Productions ; Expositions ; Évènement culturelles ; Culture.

Ce rapport a comme base, le stage développé dans le Département de Culture, Sports et Loisirs du Rectorat de l'Université de Porto.

Le Département de Culture, Sports et Loisirs n'étant pas un service directement lié aux Musées de l'Université de Porto, développe tout de même diverses activités de caractère muséologique, y compris des expositions et manifestations culturelles contiguës à leur disposition, entre autres événements indépendants.

Après le séjour dans l'établissement, il est impératif de procéder à l'élaboration du présent rapport, comme le résultat de la procédure d'enquête et description de l'expérience assimilée, qui a permis de mettre en pratique les connaissances acquises tout au long de la 1^{ère} année de maîtrise en muséologie.

Pour un meilleur encadrement des sujets abordés durant le stage, il a été d'une extrême importance comprendre les concepts de programmation et de production culturelles, ainsi que de connaître les schémas régissant la conception et la vision d'évènements culturels et surtout les expositions, événements qui ont attiré une plus grande attention dans ce stage.

Agradecimentos

O relatório de estágio apresentado resulta da permanência na instituição, mas também de um ano de dedicação e investimento em vários níveis, que só foram possíveis devido ao apoio interno e externo de diversas pessoas e entidades, que direta ou indiretamente ajudaram à concretização deste trabalho e para as quais vão os meus mais sinceros agradecimentos:

Ao Professor Doutor Rui Centeno, orientador deste estágio e do respetivo relatório.

À Dr.ª Alexandra Araújo, orientadora de estágio na Instituição.

Ao Professor Doutor Manuel Janeira, Pró-Reitor da Cultura, Desporto e Lazer.

A toda a equipa da Reitoria da Universidade do Porto, em especial ao Doutor Alexandre Lourenço, à Dr.ª Carla Ferreira e ao Dr. Marco Gabriel, por todo o apoio, disponibilidade e incentivo permanentes.

À Alzira Reverendo, à Rita Santarém e à Vera Reverendo, pelo acolhimento, pela amizade e constante positividade ao longo de todo o estágio.

A todos os professores que me incutiram o gosto pela área da Museologia e me motivaram a seguir este caminho.

Ao João, à Márcia e à Sandra, “companheiros de caminhada”, porque juntos acreditámos que seria possível.

Aos restantes colegas.

À Edite Moura e ao Tiago Ramos, pelo auxílio nas traduções.

À minha família e amigos, pela paciência, incentivo e encorajamento que foram fundamentais ao longo deste percurso.

À Cuca.

Índice

Resumo.....	III
Abstract	IV
Resumé.....	V
Agradecimentos	VI
Introdução	1
Parte Um – Instituição de Acolhimento – Reitoria da Universidade do Porto	2
Capítulo I – A Universidade do Porto	2
1.1. – História da Universidade	2
1.1.1. – Origens e Fundação da Universidade.....	2
1.1.2. – A Universidade durante o Sidonismo.....	5
1.1.3. – A Universidade durante a Ditadura Nacional (1926-1933).....	6
1.1.4. – A Universidade durante o Estado Novo (1933-1974)	7
1.1.5. – A Universidade após o 25 de abril de 1974.....	8
1.1.6. – Síntese	9
1.1.7. – Estatuto Jurídico da Universidade do Porto.....	12
1.2. – O Edifício Histórico da Universidade do Porto e a sua História	12
Capítulo II – Vertentes Culturais da Reitoria da Universidade do Porto.....	13
2.1. – Os Museus da Universidade do Porto.....	13
2.1.1. – Casa-Museu Abel Salazar	14
2.1.2. – Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura	14
2.1.3. – Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva	15
2.1.4. – Instituto Geofísico	15
2.1.5. – Jardim Botânico.....	15
2.1.6. – Museu da Faculdade de Engenharia	16

2.1.7. – Museu da Ciência	16
2.1.8. – Museu da História da Medicina	17
2.1.9. – Museu de História Natural	17
2.1.10. – Núcleo Museológico da Faculdade de Farmácia	18
2.1.11. – Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências	18
2.1.12. – Museu da Faculdade de Belas Artes	18
Capítulo III – Departamento de Cultura, Desporto e Lazer	20
3.1. – Departamento de Cultura, Desporto e Lazer	20
3.2. – Localização	20
3.3. – Competências	21
3.5. – Estrutura Orgânica	23
Parte Dois – O Estágio no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer – Secção da Cultura	25
Capítulo I – Atividades desenvolvidas durante o estágio	25
Exposição “Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto” .	25
Visitas guiadas pela História do Porto	25
Exposição “Reservas” de Armanda Passos	26
Exposição “Obra Gráfica” de Armanda Passos	26
Rocha Peixoto e o Centro de Estudos Humanísticos	26
Concurso “Cem Anos, 100 Palavras”	26
Exposição “A Arte da Luz”	27
Centenário do Orfeão Universitário do Porto	28
Ciclo de Conferências “Diálogos com a Ciência III”	28
Conferências “Júniors”	29
Concerto “Ciência com Termografia / Anatomia Musical: do visível ao invisível”	29
Ciclo de Cinema Africano Francófono	30
Mostra Coral da Universidade do Porto	30

Exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”	31
Programação Cultural do Departamento de Cultura para o ano de 2012.....	32
1.1. – Cronograma	33
Capítulo II – Reflexão / Análise crítica.....	34
Parte Três – Contextualização Teórica	35
Capítulo I – Programação de Eventos Culturais	35
1.1. – Definição e tipos de Eventos	35
Capítulo II – Tipos de Eventos	37
2.1 - Feiras	39
2.2 – Congressos e Conferências.....	40
2.3 - Eventos culturais	40
2.3.1 – Apresentação da definição de Evento Cultural	41
2.3.1.1 - Definição de evento	41
2.3.1.2 - Definição de produção de eventos	41
2.3.1.3 – Breve definição de cultura	42
2.3.1.4 - Definição de evento cultural	42
2.4 - Eventos Desportivos.....	43
2.5 - Workshops	43
2.5.1 - Apresentação e estrutura de um workshop	44
Capítulo III – Programação e Produção Cultural	45
3.1 - Definir objetivos do Evento.....	46
3.2 - Verificar e analisar o orçamento disponível	46
3.3 - Definir as estratégias para o evento e apresentar o plano.....	47
3.4 - Definir a Temática do evento	47
3.5 - Definir o público-alvo	48
3.6 - Definir a data.....	48

3.7 - Escolher os Horários.....	49
3.8 - Definir o local	49
3.9 - Escolher a disposição da sala ou dos ambientes	50
3.10 - Definir patrocínios.....	51
3.11 - Reunir os envolvidos	51
3.12 - Contratar serviços de terceiros.....	52
3.13 - Elaborar o programa	52
3.14 - Elaborar e enviar convites.....	52
3.15 - Desenvolver material promocional.....	53
3.16 - Definir promoções.....	53
3.17 - Definir mecanismos para a divulgação do evento	53
3.18 - Divulgação	54
3.19 - Preparar fichas de inscrição	54
3.20 - Verificar o investimento total previsto para o evento.....	55
3.21 - Preparar formulários.....	55
3.22 - Preparar questionários de avaliação.....	55
Capítulo IV – Produção de Exposições	56
4.1. – Planeamento e preparação de um evento cultural	56
4.2. – O que é uma exposição?	56
4.3. – Expor para quem?	63
Capítulo V – Dinamização Cultural	67
5.1. – Da Cultura de Elite à Cultura de Massas	67
5.2. – O evento acessível ao público geral – Divulgação para um público de massa	69
Conclusões.....	70
Bibliografia	71
Anexos	I

Introdução

O presente relatório de estágio, denominado *Produção Cultural no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer da Reitoria da Universidade do Porto* (UP), pretende enunciar, descrever e fundamentar teoricamente as atividades desenvolvidas durante o estágio curricular ocorrido no referido departamento, entre 09 de novembro de 2011 e 15 de março de 2012, no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Neste documento é ainda apresentada a instituição de acolhimento sob o ponto de vista da sua contextualização histórica e das suas valências.

Apesar de ao longo do estágio terem sido desenvolvidas inúmeras tarefas que futuramente serão descritas, a fundamentação teórica incide especialmente nos eventos com maior enfoque no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, ou seja, na área da produção cultural, não só de exposições, mas também de workshops, conferências, entre outros. Em quase todos os eventos referidos houve um acompanhamento total de todos os procedimentos, o que possibilitou a presença em todas as fases do processo de produção: programação, conceção, produção, divulgação, montagem, manutenção, desmontagem e posterior análise dos resultados obtidos, habitualmente conseguida através da análise de inquéritos realizados junto do público de cada iniciativa ou da contagem e segmentação de visitantes em faixas etárias e em nacionais ou estrangeiros.

No que respeita à recolha bibliográfica sobre a temática da produção cultural, foi fundamental o recurso à bibliografia recolhida ao longo do primeiro ano de Mestrado, assim como à que foi fornecida pela equipa do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, respeitante não somente ao registo teórico, mas também à apresentação da instituição de acolhimento. Foi ainda desenvolvida, ao longo de todo o ano, uma busca e análise de documentação e de matéria escrita capaz de sustentar este trabalho.

Mesmo reconhecendo toda a importância da recolha e tratamento bibliográfico, considero que foi a observação participante que mais enriqueceu esta experiência de estágio, sendo o trabalho de campo e a partilha de experiências profissionais e pessoais que mais aprendizagens e crescimento me proporcionaram.

Parte Um – Instituição de Acolhimento – Reitoria da Universidade do Porto

Capítulo I – A Universidade do Porto

1.1. – História da Universidade

1.1.1. – Origens e Fundação da Universidade

No ano de 1761, foi dirigida, por parte da burguesia portuense, uma petição que enviaram a D. José I, na qual era solicitada a autorização para a construção e manutenção de duas fragatas de guerra destinadas a proteger os seus navios de possíveis assaltos de piratas. A burguesia ficava encarregue de suportar as despesas de uma Escola Náutica, que visava a formação de oficiais e demais tripulantes desses navios.

A referida petição foi aprovada pelo alvará de 24 de novembro de 1761 e reforçada pelo decreto de 30 de julho de 1762, que autorizava a criação de uma Aula de Náutica na cidade do Porto. O primeiro diretor dessa mesma aula foi o capitão-tenente António Rodrigues dos Santos e esta passou a designar-se Real Escola Náutica da Cidade do Porto, sendo inaugurada nesse mesmo ano: 1762.

Com um crescente número de alunos, foram criadas novas disciplinas no ano de 1802, o que levou à necessidade de criar instalações próprias para o estabelecimento de ensino, que começaram a ser construídas no ano de 1803. Esta edificação foi comparticipada, em parte, pelo subsídio literário, tendo os restantes custos ficado a cargo do município.

Em 1818, o surgimento de um curso agrícola levou à ampliação dos espaços, passando a Real Academia a funcionar com os cursos de Filosofia Natural, Línguas Vivas, Agricultura, Comércio, Desenho e Manobras Navais.

A 11 de janeiro de 1837, a Real Academia foi convertida em Academia Politécnica, ampliando assim o leque de ofertas no que respeita aos estudos superiores em Portugal. As antigas instalações da Academia Politécnica são atualmente ocupadas pela Faculdade de Ciências.

No que se refere à Universidade do Porto propriamente dita, sabemos que apesar de as suas origens mais remotas datarem do século XVIII, o seu nascimento verificou-se apenas no ano de 1911 (Santos 1996, 177-181).

Criada pelo decreto de 22 de março de 1911, a Universidade do Porto provém da decisão histórica tomada pelo Governo Provisório da República, que estipulava “no território da República, além da Universidade de Coimbra, já existente, são criadas mais duas Universidades: uma com sede em Lisboa e outra no Porto” (Art. 1.º).

Este diploma foi subscrito por António José de Almeida (considerado o fundador da Universidade por ser o titular da pasta do Ministério do Interior, responsável pelos assuntos da Instrução Pública), Teófilo Braga, Manuel de Brito Camacho, José Relvas, Amaro de Azevedo Gomes, António Xavier Correia Barreto e Bernardino Machado, e veio oficializar a existência das Universidades do Porto e de Lisboa, conferindo-lhes um estatuto jurídico próprio. A 19 de abril do mesmo ano, foi lançado outro diploma, que afirmando os ideais do anterior, definiu a constituição universitária.

Com a queda da Monarquia em Portugal, a 5 de outubro de 1910, surgiram grandes alterações ao nível do ensino português, assim como ao nível da consciencialização relativamente à importância da democratização cultural e da inserção escolar, tendo sido concedidas bolsas de estudo a alunos intelectualmente capazes mas sem condições económicas para ingressarem no ensino superior, o que levou à angariação de uma verdadeira elite de alunos, tanto ao nível universitário, como dos liceus. A legislação da República neste domínio, inovadora na letra e no espírito, continha virtualidades que nunca chegaram a ser devidamente aproveitadas (Santos 1996, 177-181).

O decreto de 22 de março de 1911 apresentava já um preâmbulo revelador em muitos aspetos, por exemplo: no que respeita à preocupação de democratizar a cultura “um dos principais deveres do Estado Democrático é assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus da cultura, quando disso sejam capazes, por forma que a democracia constitua, segundo a bela definição do imortal Pasteur, aquela forma de Estado que permite a cada individuo produzir o máximo esforço e desenvolver, em toda a sua plenitude, a sua personalidade”.

O legislador manifesta ainda uma notória pretensão de romper com o passado, de modo a atingir “a transformação e o desenvolvimento da cultura nacional, no sentido moderno, e

para a organização científica da vida económica do país”, não bastando importar, como até então acontecia. A Universidade passava a apresentar-se aberta ao meio envolvente.

Outro diploma inovador, foi o decreto-lei de 19 de abril de 1911, que definia mais uma vez a constituição universitária, identificando as três Universidades do País: Coimbra, Porto e Lisboa, sendo a primeira tida como “antiga” e as outras conotadas de “novas universidades”. A “Nova Universidade do Porto”, compreendia no artigo 5.º do seu estatuto:

- a) Uma Faculdade de Ciências Matemáticas, Físico-Químicas e Histórico-Naturais – Faculdade de Ciências;
- b) Uma Faculdade de Medicina e uma escola anexa de Farmácia;
- c) Uma Faculdade de Comércio, capaz de formar indivíduos aptos para a ocupação de postos de responsabilidade superior em estabelecimentos bancários, de seguros ou em empresas industriais e financeiras, entre outras (Santos 1996, 177-181).

Esta seria pensada com o intuito de atuar em harmonia com as disposições presentes no artigo 6 do mesmo decreto, que ditava que o quadro das Universidades deveria completar-se de forma “oportuna e progressivamente pela criação da Faculdade de Ciências Aplicadas ou Escolas Técnicas, direcionadas para os diferentes ramos da engenharia, da indústria e do comércio, na razão dos recursos do Tesouro, do desenvolvimento das Universidades e das necessidades económicas, gerais ou especiais.”

As Escolas Técnicas foram então instituídas e os seus custos suportados pelo Estado, segundo um concurso, que o incluía, assim como às Universidades, aos municípios, às associações comerciais e industriais das circunscrições universitárias.

A autonomia universitária de que tanto se fala nos dias de hoje, está também explícita nesse documento (art. 7), no qual podemos ler que “é confiado à Universidade o seu próprio governo económico e científico”. As universidades viram então reconhecida a capacidade jurídica, para enquanto pessoas morais, adquirirem, a título gratuito ou oneroso, todos os bens que lhe forem doados ou transmitidos para administrar, segundo orçamento próprio, no desenvolvimento da ciência e nas necessidades de ensino.

O artigo 13 do referido documento reconhece ainda a autonomia do ensino, referindo que “só as Universidades são competentes para governar o respetivo ensino. O professor desenvolve livremente o ensino que lhe foi confiado e responde perante a Faculdade respetiva”. Por outro lado, “as Faculdades organizam livremente o programa geral dos

estudos, dentro do seu quadro, e são responsáveis perante a Universidade. A Universidade delibera sobre a organização do quadro de estudos e é responsável perante o governo.”

Para efeitos de ampliação e aperfeiçoamento dos estabelecimentos de ensino, o decreto apresentado inspirou-se em princípios de descentralização, dividindo o País em três circunscrições universitárias: Porto, Coimbra e Lisboa. A Universidade do Porto, oficialmente inaugurada a 16 de julho de 1911, compreendia na sua abrangência os distritos do Porto, Vila Real e Braga, Bragança e Viana do Castelo. Tanto as instituições de ensino superior como os municípios deveriam concorrer entre si, na medida das suas forças, para liderarem em termos de desenvolvimento e de progresso da respetiva Universidade (Santos 1996, 177-181).

1.1.2. – A Universidade durante o Sidonismo

Nascido a partir da revolução de 5 de dezembro de 1917, o Sidonismo surgiu com a pretensão de reconduzir as coisas, à imagem pura do 5 de outubro de 1910, sob o comando de Sidónio Pais.

As mudanças políticas foram desde sempre sentidas no seio da Universidade de ensino público, pelo que também o Sidonismo introduziu significativas reformas no que respeitou ao Ensino Superior, alterações essas que foram consignadas no Estatuto Universitário datado de 6 de julho de 1918, assim como nas Leis Orgânicas das Faculdades, documentos nos quais as funções da Universidade ficaram claramente definidas: a difusão da alta cultura, o ensino profissional e a investigação científica (Santos 1996, 191).

Este estatuto tornou as Universidades dependentes da Secretaria de Estado da Instrução Pública, sendo por esta dirigidas mas com um governo autónomo. Também as faculdades e Escolas passaram a usufruir de uma autonomia governativa. A constituição da Junta Administrativa foi então alterada, deixando de ser eleita pelo Senado e passando a ser composta pelo Reitor e pelos diretores de todas as Faculdades e Escolas. O Reitor viu os seus poderes alargados, passando a presidir a todos os órgãos de governo, assim aos concelhos escolares. É, por esta altura, introduzido o capítulo IV – Dos bens e rendimentos das Universidades, das Faculdades e das Escolas – que veio definir, entre outros vetores, as receitas da Universidade, das Faculdades e das Escolas, sendo o pessoal docente reduzido no que diz respeito às múltiplas categorias, na quais podia ser inserido hierarquicamente,

passando a existir apenas quatro, e sendo suprimido o estatuto de professores extraordinários. Cada Faculdade passou a ser detentora de poder para conferir o grau de Doutor a todos os professores que não sendo detentores desse grau académico, tenham um estatuto profissional digno dessa distinção. O referido documento impõe ainda a padronização das insígnias doutorais, tornando-as iguais em todas as universidades Portuguesas, incluindo a de Coimbra.

O Sidonismo teve, apesar de tudo, uma duração curta, já que não conseguiu sobreviver ao desaparecimento do seu fundador, Dr. Sidónio Pais, assassinado na estação do Rossio, no dia 14 de dezembro de 1918 (Santos 1996, 192).

1.1.3. – A Universidade durante a Ditadura Nacional (1926-1933)

As reformas operadas no ano de 1918, viriam a ser reajustadas no Estatuto da Instrução Universitária de 2 de outubro de 1926. Este estatuto apresentava significativas alterações comparativamente ao anterior, procurando corrigir a “pronunciada disparidade” que então se verificava entre as Universidades, não impondo um padrão único, mas devendo estas diferir apenas no número e na espécie de faculdades que as constituíam. Porém, o decreto n.º 12426, de 2 de outubro de 1926, considerava que perante tamanhas variantes, eram atingidos os parâmetros necessários para uma organização geral própria. Uma entrave verificada nesta altura, era a constante discordância quanto ao número de alunos e de professores e ao seu recrutamento, que se pretendeu colmatar com o estabelecimento de uma norma geral orgânica e do funcionamento da Universidade em Portugal (Santos 1996, 193).

Considerou-se então imperativo precisar a nomenclatura dos docentes, combatendo a importância germânica e recuperando-se a designação de professor catedrático e mantendo-se as categorias de primeiro e segundo assistente, assim como a adoção e designação de professores e assistentes livres. O recrutamento de docentes passou a ser feito através de concurso público, aberto todos os anos e acessível a todos os habilitados.

O presente estatuto veio impor ordem nas inscrições dos alunos nas disciplinas, já que anteriormente se inscreviam *ad libitum*, e perante os resultados negativos que se constataavam, passaram a inscrever-se apenas nas cadeiras correspondentes ao ano do curso que frequentavam (Santos 1996, 194).

A não elegibilidade de professores sob o pretexto da necessidade da renovação de cargos onerosos com funções dirigentes passou então a não ser aprovado, e no Decreto n.º 16623 de 18 de março, as eleições dos reitores e vice-reitores, passaram a ser realizadas pelo governo para os cargos, sendo visível a vontade do executivo em preencher os lugares de chefia, entregando-os a indivíduos da sua total confiança.

No ano de 1930, o Estatuto da Instrução Universitária veio consagrar estas modificações, reforçando a centralização. O artigo 8.º alarga a hipótese de o Governo eleger o Reitor, entre as figuras eminentes das ciências e das letras (Santos 1996, 194).

1.1.4. – A Universidade durante o Estado Novo (1933-1974)

Durante o chamado Estado Novo, o regime delineado no Estatuto da Instrução Universitária de 27 de julho de 1930, para o governo as Universidades, manteve-se inalterado, funcionando como Lei Fundamental, que ditava as diretrizes e os regulamentos orientadores para as leis orgânicas das Faculdades.

A estrutura governativa mantinha-se assim estável, estando apenas sujeita a pequenas alterações ou reformas dos seus estatutos, havendo no entanto uma vasta produção legislativa durante a chamada “reforma Veiga Simão” (Santos 1996, 195).

Com vista à melhoria das seis universidades existentes, foram instituídas múltiplas alterações: a carreira docente foi revista, assim como o regime da obtenção de doutoramentos e os concursos para professores, o quadro de professores foi alargado, foi estabelecido um sistema de equivalências de graus académicos em universidades estrangeiras e foram criadas novas faculdades, novos cursos e novas escolas destinadas aos vários níveis de ensino.

No entanto, o autoritarismo do regime do Estado Novo refletia-se em toda a vida académica e mais ainda, nas questões da contratação de assistentes e na progressão dos professores nos quadros da carreira docente. Os critérios científicos chegavam mesmo a serem postos de parte, imperando acima de tudo, as ideologias políticas.

A Universidade do Porto atingiu o limite extremo quando Abel Salazar e Ruy Luís Gomes, que tinham alcançado a cátedra através de concurso e de provas públicas foram afastados do ensino universitário injustamente. Tal acontecimento levou a compulsivas

demissões no ensino e a um descontentamento cada vez maior dos estudantes, ainda mais agudizado pelas guerras coloniais (Santos 1996, 195).

O Senado Universitário tentava então chamar o governo à razão, mas sem sucesso, e os atos de insubordinação estudantil, sancionados com processos disciplinares, sucediam-se em massa.

Já em finais de 1973 e início de 1974, o problema da disciplina académica foi por diversas vezes debatido no Senado e a atmosfera de tensão entre minorias políticas ativas e o Governo Universitário manteve-se até à Revolução de 25 de abril de 1974 (Santos 1996, 198).

1.1.5. – A Universidade após o 25 de abril de 1974

A revolução de abril de 1974 trouxe consigo profundas mudanças, que levaram à instauração de um regime democrático, também verificada ao nível das instituições do ensino superior e da sua gestão e instituída pelo Decreto-Lei n.º 806/74 de 31 de dezembro de 1974. As escolas transformaram-se então em laboratórios de experiências pedagógicas, dinamizadas pela energia de uns e pelo aproveitamento de outros. Porém, o objetivo do decreto não foi cumprido devido ao mesmo apresentar disposições demasiado genéricas, que promoveram a demagogia e a supremacia de minorias ativistas, em detrimento de administração e gestão financeira eficaz, assim como de uma correta inserção do ensino superior no contexto socioeconómico e cultural do País (Santos 1996, 199).

Face ao fracasso do Decreto-Lei anterior, surgiu um novo Decreto-Lei, n.º 781/76, datado de 28 de outubro de 1976, que enquanto decreto de gestão, tinha três objetivos principais: a implantação de uma democracia genuína nas escolas, o incremento da qualidade científica e pedagógica do ensino superior, atribuindo responsabilidades aos mais competentes e criando estruturas nas escolas que garantissem uma séria aplicação dos meios financeiros atribuídos pelo Governo ao Ensino Superior. Este Decreto-Lei, devido à repartição de poderes que impôs e à obrigação de eleger democraticamente os diferentes órgãos de governo escolar, contribuiu para a pacificação escolar e para o renascimento de um ambiente de trabalho saudável e rentável.

A 24 de setembro de 1988, as universidades recuperaram a autonomia científica, cultural e tecnológica, assegurando a liberdade de expressão e promovendo a participação

de todos os corpos universitários na vida académica comum, assegurando métodos de gestão democrática (Santos 1996, 200).

Graças ao estabelecimento legal da autonomia, cada universidade elaborou os seus próprios estatutos, tendo os da Universidade do Porto sido promulgados a 26 de julho de 1986 (Santos 1996, 200).

1.1.6. – Síntese

Fundada, como já foi visto, pelo decreto de 22 de Março de 1911, a Universidade do Porto veio basear-se fundamentalmente sobre instituições de ensino superior criadas no século XIX: a Academia Real (depois apelidada de Academia Politécnica) e a Escola Médico-Cirúrgica.

Herdeira da Academia Real da Marinha e Comércio do Porto, criada em 1803 pelo Príncipe Regente D. João (posteriormente Rei D. João VI), a Academia Real surgiu em resultado da reforma de Passos Manuel, ministro do Reino no Governo saído da revolução de setembro. No âmbito desta reforma, o nome da Academia Real foi alterado, no ano de 1837, para Academia Politécnica, sendo adotadas as disposições estatutárias anteriormente em vigor. Contudo, o governo literário e económico da Academia, até ali inspecionado pela Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, é transferido para o Conselho dos Lentes. Além das grandes dificuldades financeiras por que passou, a Academia Politécnica do Porto viveu uma época de apogeu científico, com cientistas eminentes como Gomes Teixeira e Ferreira da Silva (Santos 1996, 200).

Também a Escola Médico-Cirúrgica do Porto resultou da reforma de Passos Manuel, no ano de 1836, sucedendo-se à Real Escola de Cirurgia, instituição esta que tinha sido criada no ano de 1825 por D. João VI, e que funcionava em parceria com o Hospital da Misericórdia do Porto.

No ano de 1837, foi estabelecido um novo plano geral de estudos que, além de alargar o número de cadeiras, as dividia em duas categorias: cadeiras médicas e cadeiras cirúrgicas. A Escola Médico-Cirúrgica, à semelhança da Escola de Farmácia (que compreendia cursos teóricos e cursos práticos), estavam associadas ao Hospital de Santo António.

Inaugurada a 16 de julho de 1911, a Universidade do Porto teve nesse mesmo dia o seu primeiro Reitor: o matemático Gomes Teixeira, que dá o nome à Praça onde a Reitoria

da Universidade do Porto se situa atualmente. A autonomia da Universidade foi assim reconhecida, estando a partir de então encarregue do seu próprio governo económico e científico (Santos 1996, 200).

Com o passar do tempo, também as escolas anexadas foram conquistando a sua própria autonomia, tendo a Escola de Engenharia sido transformada, no ano de 1915, em Faculdade Técnica, e assumido, em 1926, a conotação de Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), designação que ainda hoje detém. Também a Escola de Farmácia obtém o estatuto de Faculdade de Farmácia (FFUP) em 1921. No ano de 1919, foi criada, pelo ministro Leonardo Coimbra a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) que, por razões alegadamente financeiras (que ocultavam motivações políticas), foi suprimida no ano de 1928, sendo reaberta apenas no ano de 1961. No ano de 1953, tinha sido também criada a Faculdade de Economia (FEP), que tinha como objetivo o ensino e a cultura das ciências económicas (Santos 1996, 200).

A revolução de 25 de abril de 1974 trouxe uma grande expansão à Universidade do Porto, sendo que às seis faculdades existentes até então, se juntaram, como criação de raiz ou escolas integradas: o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), em 1975, a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (FCDEF), atual Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP), também no ano de 1975, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCEUP), em 1977, a Faculdade de Arquitetura (FAUP), em 1979, a Faculdade de Medicina Dentária (FMDUP), em 1989, a Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação (FCNAUP), e a Faculdade de Belas Artes (FBAUP), em 1992 e a Faculdade de Direito (FDUP), em 1994. Hoje, a Universidade do Porto conta com catorze faculdades e com uma escola de pós-graduação, a Escola Superior de Gestão (ex-Instituto Superior de Estudos Empresariais), criado no ano de 1988 (Santos 1996, 200).

As catorze unidades orgânicas da Universidade do Porto estão distribuídas por toda a cidade, dividindo-se em três pólos universitários, onde se agrupam escolas e outras infraestruturas.

Na baixa portuense (centro da cidade e zona original da Universidade), localiza-se o Pólo 1, estando o Pólo 2 situado na zona da Asprela, no extremo Norte do Concelho do Porto, e o Pólo 3, localizado na zona do Campo Alegre, próximo do Pólo 1. Dispersos pela cidade ou ainda noutros concelhos, centram-se ainda outros institutos e centros universitários.

A Universidade do Porto possui, atualmente, catorze unidades orgânicas, uma Escola de Gestão e mais de 60 unidades de investigação científica, que servem perto de 31000 estudantes, 1873 docentes e investigadores, dos quais 76% são doutorados, e 1700 funcionários não docentes.

Com uma oferta de cerca de 700 diferentes cursos e planos de formação (entre licenciaturas, pós-graduações (mestrados não conferentes de grau), mestrados, doutoramentos, cursos de formação contínua e profissional, a Universidade do Porto (UP) propõe soluções de formação superior em todas as grandes áreas do conhecimento. A este nível, a Universidade do Porto já adequou os seus 719 cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento ao modelo implementado a partir da Declaração de Bolonha. A organização dos planos de estudo obedece ao modelo de três ciclos, conducentes ao grau de licenciado, de mestre e de doutor (Santos 1996, 200).

A UP é igualmente reconhecida, a nível internacional, pela investigação científica que produz, sendo que os seus laboratórios subscrevem mais de 1/5 dos artigos científicos portugueses, facto este que em 2007, foi reconhecido com a presença da UP em vários dos principais rankings internacionais de instituições de ensino superior.

Entre os laboratórios com ligações à Universidade, podem referir-se, a título de exemplo, o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular (IPATIMUP), o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) e o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR). Salienta-se ainda a estreita relação que liga a universidade aos tecidos empresarial e industrial, bem como aos dois hospitais centrais do Porto (Hospital de Santo António e Hospital de São João) (Santos 1996, 201).

A UP, tem protocolos de cooperação com mais de 500 universidades estrangeiras, que permitem a estudantes provenientes de qualquer parte do Mundo realizarem um período de estudos na Universidade do Porto. Atualmente, estudam na UP cerca de 1913 estudantes estrangeiros (7% do total), 921 ao abrigo de programas de mobilidade. Entre estes, a maioria frequenta cursos de 1.º Ciclo/Licenciaturas (465), 259 frequentam cursos de 2.º Ciclo/Mestrados e 177 estão em cursos de 3.º Ciclo/Doutoramentos. Numa “comunidade” estrangeira onde estão representadas 61 nacionalidades, contam-se ainda 59 investigadores Post-Doc (Santos 1996, 201).

1.1.7. – Estatuto Jurídico da Universidade do Porto

A Universidade do Porto resulta da transformação da Universidade do Porto em fundação pública com regime de direito privado, nos termos da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico das instituições de ensino superior.¹

1.2. – O Edifício Histórico da Universidade do Porto e a sua História

Situada atualmente na Praça Gomes Teixeira, na cidade do Porto, a Reitoria da Universidade do Porto tem como sede um imponente edifício histórico, cuja grandiosidade se impõe, ou não fosse a Universidade do Porto a maior universidade portuguesa dos nossos dias (tanto em número de unidades orgânicas, como em número de cursos, e consequentemente, em número de alunos).

Este edifício, de forma retangular, enquadra-se no estilo neoclássico e data de 1807. Foi inicialmente destinado à Real Academia da Marinha e do Comércio, sendo o projeto inicial do edifício, da autoria de Carlos Amarante (Santos 1996, 200).

Enquanto decorreram as invasões francesas e as guerras entre absolutistas e liberais, as obras do edifício viram o seu progresso muito lento, tendo a construção inacabada servido de hospital durante o Cerco do Porto (1832-33).

Já no ano de 1833, o projeto foi remodelado por J. C. Vitória Vila-Nova, que desenvolveu o proposto no projeto inicial. A este projeto, seguiram-se ainda duas grandes remodelações, uma, da autoria de Gustavo Gonçalves, no ano de 1862, e outra, projetada por António Araújo e Silva, em 1898.

Este edifício acolheu a Academia Politécnica, o Colégio dos Órfãos do Porto, a Academia das Belas-Artes, o Liceu Nacional, o Instituto Industrial (antecessor do Instituto Superior de Engenharia, até 1933), a Faculdade Técnica (atual Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, até 1937), a Faculdade de Economia da Universidade do Porto, até 1974 e a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, até 1995.

Atualmente este edifício alberga não só a Reitoria da Universidade do Porto, mas também os museus de História Natural e o Museu de Ciência da Universidade do Porto.

1

http://www.crup.pt/images/documentos/legislacao/regime_juridico/DecretoLei_n._96.2009_de_27_de_Abril.pdf

Capítulo II – Vertentes Culturais da Reitoria da Universidade do Porto

2.1. – Os Museus da Universidade do Porto

A Universidade do Porto inclui na sua estrutura um conjunto de instituições culturais de carater museológico, entre as quais se destacam: a Casa-Museu Abel Salazar, O Centro de Documentação, de Urbanismo e Arquitetura, o Instituto de Arquitetura Marques da Silva, o Instituto de Geofísica, o Jardim Botânico, o Museu da Faculdade de Engenharia, o Museu da Ciência, o Museu de História da Medicina, o Museu de História Natural, o Núcleo Museológico da Faculdade de Farmácia, o Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências, o Museu da Faculdade de Belas Artes (Santos 1996, 357), o Museu de Anatomia e o ainda embrionário Núcleo Museológico da Faculdade de Desporto (ainda não oficial).

Tendo em conta as variadas funções que qualquer instituição museológica deve cumprir, cada secção museológica da UP apresenta objetivos específicos que visa atingir, mas ao mesmo tempo, valores comuns a defender, tais como: a preservação, a investigação, a educação, a inovação, a experimentação, a proatividade e o profissionalismo.

Sendo instituições culturais sem fins lucrativos, os museus da Universidade do Porto dedicam-se a colecionar, a preservar e a expor, visando a promoção da compreensão do papel da Universidade (Santos 1996, 357).

No ano de 2002, foi elaborado para a Universidade do Porto um Projeto Museológico com vista à instalação de um Pólo Central dos Museus Universitários no atual Edifício Histórico da Universidade do Porto, que no entanto, não se viria a cumprir, mantendo-se estes dispersos pela cidade, e apenas alguns instalados no dito edifício, como acontecia até à altura da criação do Projeto Museológico (Silva [et al] 2002, 223-246).

Esta permanência dos museus nas respetivas faculdades ou noutros edifícios que não no Edifício Histórico da Reitoria da Universidade do Porto deve-se ao facto de no dito edifício tencionarem já nessa época, localizar os serviços centrais da Reitoria da Universidade do Porto, que ocupam atualmente grande parte da área do edifício, não restando espaço suficiente para localizar todos os museus da Universidade do Porto. Também pelo facto de grande extensão do edifício não reunir condições de conservação adequadas à exposição de objetos museológicos e de não poder de momento ser integralmente remodelado devido à falta de verbas, considera-se que as coleções se encontram melhor climatizadas, se instaladas nos edifícios originalmente destinados ao seu acolhimento.

Retomando a apresentação das doze instituições museológicas da Universidade do Porto, as mesmas são apresentadas nos parágrafos abaixo, nos quais podemos constatar as diferenças existentes entre cada uma delas.

2.1.1. – Casa-Museu Abel Salazar

A Casa-Museu Abel Salazar constitui parte integrante do património da Universidade do Porto e é dirigida pela Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar, instituição sem fins lucrativos, e de utilidade pública, desde 1995. Abel Salazar nasceu no ano de 1889 e faleceu no ano de 1946, tendo vivido durante 30 anos em S. Mamede Infesta, na casa à qual foi dada o seu nome e onde atualmente se situa a Casa-Museu a ele dedicada. Após a sua morte, os seus amigos preocuparam-se em preservar a sua memória, tentando evitar a dispersão da sua obra, que se reparte por múltiplos setores da investigação científica, da atividade artística e da produção literária.

O espólio da Casa-Museu é constituído por diversas obras de Abel Salazar, nomeadamente desenhos, aguarelas, pinturas a óleo, esculturas, gravuras, trabalhos de investigação científica, livros, jornais e revistas, testemunhos da sua colaboração com a imprensa (Santos 1996, 369).

2.1.2. – Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura

O Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto tem exercido a sua ação nas áreas da recolha, da incorporação, da triagem, da classificação, da preservação, da consulta e da difusão de materiais de valor patrimonial, histórico, artístico e documental relativos à arquitetura e ao urbanismo portuense e português, dispondo de um acervo documental constituído por:

- Um fundo de documentação da Escola Superior de Belas Artes do Porto, composto por desenhos de trabalhos de pensionistas em Paris, trabalhos e académicos e relatórios de estágio;
- Arquivos profissionais totais ou parciais de arquitetos da arquitetura moderna portuense;
- Modelos de obras de arquitetura;

- Fundos de postais da Cidade do Porto (Santos 1996, 366).

2.1.3. – Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva

O Instituto Arquiteto Marques da Silva (IMS), é um organismo de natureza pública, sem fins lucrativos e de carácter cultural, pedagógico e científico, integrado na Universidade do Porto.

O Instituto Arquiteto Marques da Silva é a entidade detentora do acervo desse notável arquiteto, nascido no Porto, no ano de 1869, que aí faleceu em 1947. José Marques da Silva obteve o título de Arquiteto Diplomado pelo Governo Francês no ano de 1896, na École National et Spéciale des Beaux Arts, em Paris, tendo a sua atividade sido desenvolvida principalmente no Porto e na zona Norte de Portugal.

Membro de múltiplas comissões nas áreas das artes e do património, docente e diretor da Escola de Belas Artes do Porto, tornou-se uma figura incontornável na história da arquitetura portuguesa e do ensino desta, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Além da sua documentação pessoal e profissional, o Instituto é possuidor da documentação de outros familiares, nomeadamente a de sua filha e de seu genro, os arquitetos Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva, que se distinguiu pelo facto de ser o primeiro urbanista diplomado (em Paris) a trabalhar em Portugal.

2.1.4. – Instituto Geofísico

O Instituto Geofísico da Universidade do Porto (IGUP), é um estabelecimento dependente da Faculdade de Ciências e está integrado na rede meteorológica nacional com o n.º 546.

No IGUP encontram-se algumas peças antigas, muitas delas em perfeito estado de conservação e em funcionamento, embora esta instituição não seja considerada um museu, mas sim um acervo museológico (Santos 1996, 359).

2.1.5. – Jardim Botânico

O Jardim Botânico inclui vários jardins e uma secção museológica que abrange um Herbanário com dezenas de milhares de exemplares de plantas herborizadas, material

museológico incluindo artefactos com plantas, equipamentos e livros antigos e de grande valor, sobre a temática da botânica. O Jardim está aberto a visitas do público e é formado pelos jardins Históricos, essencialmente do século XIX, alguns referidos por Sophia de Mello Breyner Andresen, por uma área de parque, com centenas de espécies de plantas e árvores criteriosamente classificadas, um jardim de suculentas, lagos com plantas aquáticas e uma zona de estufas que albergam plantas tropicais e subtropicais, orquídeas e suculentas. São desenvolvidas várias atividades especialmente dirigidas a grupos escolares, tais como: visitas guiadas, visitas temáticas e sessões de divulgação científica (Santos 1996, 362).

2.1.6. – Museu da Faculdade de Engenharia

O Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto é constituído por mais de mil peças de interesse histórico, cuja datação se estende dos inícios do século XIX até aos dias de hoje. Resulta de uma série de divisões de espólios que remontam ao tempo da Academia politécnica do porto e de sucessivas integrações de objetos que perderam a sua função original de apoio ao ensino e à investigação. Destaca-se, devido à sua raridade e importância, a coleção de instrumentos científicos da Academia Real da Marinha e do Comércio do Porto e a coleção do gabinete Cinemático, adquirida pela Academia Politécnica entre 1881 e 1892. O seu estatuto permitirá uma reconstituição mais fidedigna e completa da memória da faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, na história da tecnologia em Portugal.

2.1.7. – Museu da Ciência

O Museu da Ciência tem duas missões principais: disponibilizar um conjunto de módulos interativos, muitos dos quais imaginados e construídos localmente, que podem ser visitados pelo público em geral e escolar mediante marcação e conservar instrumentos de ciências exatas, de natureza e antiguidade muito variáveis, com idades compreendidas entre os 50 e os 200 anos, objetos estes que já estiveram expostos pelos mesmos durante as exposições “Dois Séculos: Instrumentos Científicos na História da Universidade do Porto” e “250 da Aula Náutica do Porto”. Abrangendo principalmente as áreas da Física, Química e Geologia, contém aparelhos herdados da Academia Real da Marinha e Comércio e da

Academia Politécnica, bem como proveniente de aquisições judiciosas ou de transferências de outras instituições. Os processos de classificação, de estudo, de conservação e de eventual restauro destes materiais estão longe de serem concluídos, prevendo-se no entanto que algumas peças possam ser expostas sem que tal ação constitua um perigo para as mesmas.

2.1.8. – Museu da História da Medicina

O Museu da História da Medicina “Maximiano Lemos” da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto foi criado em 1933 pelo Doutor Luís de Pina, segundo Professor Catedrático de História da Medicina na Escola Médica do Porto. Na designação desta Instituição quis o seu fundador homenagear o seu antecessor na cátedra de História da Medicina, o Professor Maximiano Lemos.

Instalado primitivamente nas antigas instalações da Faculdade de Medicina transitou com a Faculdade em 1959/60 para um edifício conjunto com o Hospital de São João. Desde esse instante foi-lhe atribuída uma área de exposição nas imediações do Serviço de Documentação. Com objetivos de investigação científica, tecnológica e museológica bem como pedagógica, pré e pós-graduada, visa ainda preservar o Património médico nacional, por vezes testemunho único de um sistema médico ou de uma prática do passado (Santos 1996, 364).

2.1.9. – Museu de História Natural

O Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto foi criado em Março de 1996, com a entrada em vigor dos atuais estatutos da Faculdade.

Este Museu compreende diferentes pólos, tais como: a Sala de Antropologia – coleção de réplicas de fósseis Humanos, coleção de Portugal e coleção estrangeira, assim como peças de etnografia de Portugal e do Mundo; a Sala de Mineralogia Montenegro de Andrade, a coleção geral de minerais ordenados sistematicamente; a Sala de Paleontologia Wenceslau de Lima, as coleções básicas de Estratigrafia e Paleontologia portuguesas, bem como de outras proveniências, a Sala de Zoologia Augusto Nobre, as coleções da fauna de Portugal e exótica, principalmente de insetos, moluscos e aves.

Os diferentes núcleos museológicos além de serem unidades de apoio à investigação e ao ensino, têm constituído, ao longo do tempo, um importante elo de ligação entre a Faculdade e a comunidade em que está inserida, com particular destaque para as escolas.

2.1.10. – Núcleo Museológico da Faculdade de Farmácia

O Núcleo possui algumas centenas de peças, incluindo material de vidro, almofarizes, densímetros, balanças, colorímetros e microscópios. Por falta de espaço, muito do material encontra-se disperso pelos diversos serviços da Faculdade, onde também contribui para a sua decoração. Parte desta coleção encontra-se atualmente exposta (de Junho a Dezembro de 2012) na exposição “A Farmácia no Tempo de Aníbal Cunha”.

2.1.11. – Observatório Astronómico da Faculdade de Ciências

O Observatório Astronómico “Prof. Manuel de Barros” é um estabelecimento Dependente da Faculdade de Ciências que integrou a componente interativa do Museu de Ciência, desenvolvendo atividades de divulgação de Ciência e tecnologia, nomeadamente através da realização de palestras e de sessões de observação astronómica.

Complementarmente, o Observatório possui um espólio histórico constituído por livros, documentos e diversos equipamentos astronómicos e geodésicos.

Algumas das espécies bibliográficas remontam ao século XIX. Entre os equipamentos, referem-se em especial uma luneta refratora Secretan, um sextante com horizonte artificial, um teodolito universal, um instrumento de passagens e um círculo meridiano de espelho.

2.1.12. – Museu da Faculdade de Belas Artes

Apesar da sua origem datar do século XIX, com a criação do Museu Portuense de Pinturas e Estampas, o Museu da FBAUP ganhou oficialmente identidade própria no ano de 1994, nos estatutos da então recém formada Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, onde ficou definido que, “o Museu exerce a sua ação nos domínios do registo, preservação e investigação do património artístico da Faculdade e da promoção de ações de extensão cultural”.

O acervo apresenta características que o distinguem das coleções habitualmente encontradas em museus de arte, dado integrar sobretudo trabalhos elaborados durante o período de formação dos artistas, os melhores dos quais se tornavam pertença da instituição.

Outra componente significativa do acervo testemunha a progressão na carreira dos seus docentes que para o efeito desenvolviam trabalhos de Desenho, Pintura ou Escultura, grande parte dos quais enriquecem hoje a coleção do Museu (Santos 1996, 367).

Desde a época em que surgiu a aula pública de Desenho e de Debuxo, criada em 1779 por D. Maria I, até aos dias de hoje, a atual FBAUP teve vários momentos altos da sua criação. Do notável espólio que possui, destacam-se grandes coleções: a de desenhos italianos, arquivada nas instalações da FBAUP, e a de gravuras, de Francesco Bartolozzi, da Faculdade de Ciências (Santos 1996, 371).

3.3. – Competências

É da competência do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer: a definição e organização de exposições, encontros culturais, bienais, palestras e debates; dar apoio ao Conselho Cultural da UP; gerir o Museu Virtual da UP; a implementação da política museológica da UP, em articulação com os vários núcleos museológicos da UP; manter a ligação às atividades culturais e desportivas dos estudantes; obter financiamentos para as atividades culturais e desportivas da UP; manter a ligação ao GADUP e estabelecer parcerias institucionais nas áreas da cultura e do desporto.

No que diz respeito à oferta cultural, o Gabinete para a Cultura, Desporto e Lazer apresenta um conjunto de iniciativas de âmbito cultural e desportivo diversificadas.

Relativamente à atividade desportiva, o DCDL tem como objetivo estreitar as parcerias com a Faculdade do Desporto, com a Câmara do Porto, com Ginásios e Health Clubs de qualidade e com outras instituições da Cidade, alargando as perspetivas de mais e melhores serviços.

Pretende-se concertar com a FADEUP (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto) a criação de Centros de Treino de Andebol e Basquetebol e deste modo arrancar com um plano de preparação destas equipas no quadro da representação da UP nos respetivos Campeonatos Universitários.²

Com este enquadramento, pretende-se alcançar o número de 35 000 utilizações e envolver nas atividades do GADUP 10% da população estudantil (cerca de 2 700 utilizadores). Para tal, estão já planeadas pelo GADUP mais de noventa atividades de diferentes tipos, distribuídas ao longo de todo o ano civil. Acresce ainda a este lote de iniciativas, o conjunto de “Atividades Sistemáticas” que incluem treinos regulares de modalidades desportivas (Escalada, Ténis, Vela, Hóquei em Patins, Andebol e Basquetebol) e atividades de academia.³

O reforço da política desportiva da Universidade do Porto e o envolvimento de um maior número de estudantes e funcionários da Universidade do Porto com a prática regular da atividade física só é possível através de um forte investimento na construção e requalificação dos equipamentos desportivos da UP.

² http://sigarra.up.pt/sasup/web_base.gera_pagina?P_pagina=122228 – maio de 2012

³ Idem.

Entendemos que a gestão do Desporto Universitário na UP se rege hoje por critérios de qualidade, rigor e controlo bastante exigentes. Julgamos então oportuno implementar o Estatuto de Estudante-Atleta da UP, procurando regulamentar os direitos e deveres dos estudantes que praticam desporto em representação da UP.

No que se refere às coleções museológicas e ao património cultural dos Museus UP, é conhecido o desejo de ampliar o número de exposições concebidas a partir do espólio museológico da UP e gerar outras exposições, fruto de cruzamentos com entidades internas e externas à UP.

O Departamento de Cultura envolver-se-á na organização de um conjunto alargado de ações culturais assegurando a tomada de posição pública da UP nos grandes temas de interesse para a sociedade, procurando reforçar as parcerias nacionais e internacionais com outras instituições como o Museu Nacional Soares dos Reis, por exemplo, e mantendo protocolos que têm permitido à comunidade da UP visitar os espólios do museu e frequentar Ateliers e Workshops em condições muito vantajosas e ainda a disponibilização do auditório do Museu para o acolhimento de iniciativas culturais promovidas pelo nosso departamento.

O DCDL pretende ainda ver alargado e solidificado o quadro de protocolos com instituições culturais da Cidade e outras do estrangeiro das quais se destacam o Teatro Nacional de São João, a Fundação Porto Social da Câmara Municipal do Porto e a Fundación del Gran Teatro del Liceu de Barcelona, pretendendo ainda alargar a oferta de workshops e promove-los perante toda a comunidade académica.

Nesta conformidade, o DCDL visa apoiar as atividades culturais dos estudantes, estimulando iniciativas de carácter transversal à Universidade, disponibilizando recursos comuns e apoiando a sua divulgação.

Deseja também promover uma maior aproximação com grupos de extensão universitária tais como o Orfeão Universitário, o Coral de Letras, o Grupo dos Ex-Orfeonistas da UP, o NEFAP e os diferentes Teatros da UP, através do apoio à divulgação de todas as suas iniciativas e à criação de condições que permitam a estes grupos um melhor desempenho das suas atividades.

Por último será realizado um esforço particular na organização da homenagem anual a uma figura eminente da UP, procurando-se com esta iniciativa contribuir para incrementar a coesão e o espírito institucional da Universidade.⁴

3.5. – Estrutura Orgânica⁵

A Reitoria da Universidade do Porto organiza-se organicamente da seguinte forma:

Reitor: Professor Doutor José Marques dos Santos

Vice-Reitorias:

- Professora Doutora Maria de Lurdes Fernandes
Formação e Organização Académica e Estudantes
- Professor Doutor António Cardoso
Património Edificado, Higiene, Segurança e Ambiente
- Professor Doutor António Marques
Comunicação, Imagem e Relações Internacionais
- Professor Doutor Jorge Gonçalves
Apoio administrativo à I&D+i, Biblioteca Virtual e UP Inovação

Pró-Reitorias:

- Professor Doutor Carlos Brito
- Professor Doutor Manuel Janeira
- Professor Doutor José Sarsfield Cabral
- Professora Doutora Patrícia Teixeira Lopes
- Professora Doutora Lígia Ribeiro

⁴ www.reit.up.pt – setembro de 2012

⁵ www.reit.up.pt – maio de 2012

No que se refere à estrutura orgânica do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, este contempla as seguintes unidades (ver Imagem):

- Casa Museu Abel Salazar
- Cultura
- Desporto
- Museu da Ciência
- Museu de História Natural
- Museu Virtual

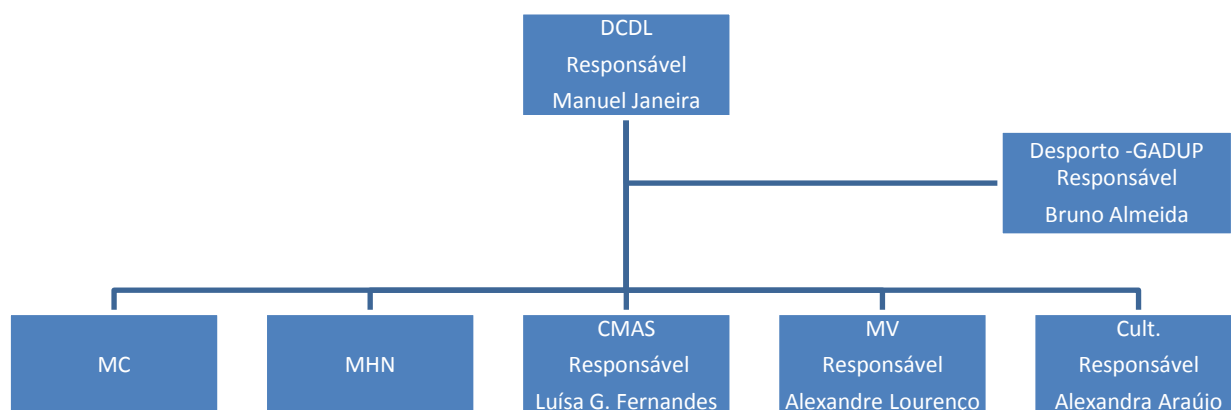


Imagem 2: Organograma do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, à data final do estágio⁶

⁶ Fonte: Departamento de Cultura, Desporto e Lazer – Documento Interno

Parte Dois – O Estágio no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer – Secção da Cultura

Capítulo I – Atividades desenvolvidas durante o estágio

Passam agora a ser apresentadas todas as atividades que constituíram este estágio:

Exposição “Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto”

A coleção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto conta com cerca de 100 objetos, que no ano de 1926 foram doados pelo Museu de Berlim, sendo alguns constituintes desta exposição. A exposição encontra-se organizada em dez núcleos temáticos que abrangem o período temporal compreendido desde a Pré-história até à época Greco-Romana.

Colaboração da estagiária: Divulgação da exposição via e-mail para o público em geral e para as escolas, acompanhamento da conceção dos materiais gráficos, medição do estado de conservação preventiva da sala de exposição (medição diária dos valores de temperatura e de humidade relativa), acolhimento do público e elaboração de tabelas de estudos de público.

Visitas guiadas pela História do Porto

As visitas guiadas pela história do Porto são visitas orientadas pelo Dr. Joel Cleto, que incidindo cada visita num ponto de interesse diferente da cidade, permitem aos participantes conhecer profundamente a história da Cidade do Porto.

Colaboração da estagiária: Divulgação, elaboração e envio de pedidos de autorização junto da Câmara Municipal do Porto para a entrada nos espaços estipulados na programação das visitas.

Exposição “Reservas” de Armanda Passos

A exposição “Reservas” foi realizada no âmbito da comemoração do Centenário da Universidade do Porto e apresentou alguns exemplares (pintura sobre tela) da obra da artista portuguesa Armanda Passos.

Colaboração da estagiária: Divulgação, manutenção dos meios audiovisuais, acolhimento do público, marcação de atividades de serviços educativos (visitas guiadas e workshops), processamento de pagamentos aos monitores.

Exposição “Obra Gráfica” de Armanda Passos

A exposição “Obra Gráfica” foi realizada no âmbito da comemoração do Centenário da Universidade do Porto e apresentou alguns exemplares (serigrafias, desenhos e esboços para as pinturas), da obra da artista portuguesa Armanda Passos.

Colaboração da estagiária: Divulgação da exposição e das atividades a ela inerentes (visitas guiadas que ficaram sem efeito por ausência de inscrições).

Rocha Peixoto e o Centro de Estudos Humanísticos

Este evento consistiu numa homenagem a Rocha Peixoto, que tendo como comissário o Dr. Luís Cabral da Câmara Municipal do Porto, acabou por se cingir a uma mesa redonda.

Colaboração da estagiária: Divulgação, montagem de suportes expositivos para os livros que figuraram na mesa redonda.

Concurso “Cem Anos, 100 Palavras”

O concurso “Cem Anos, 100 palavras”, também realizado no âmbito da comemoração do Centenário da Universidade do Porto, teve como proposta base a criação de contos relacionados com a Universidade do Porto, tendo o número 100 como limite de palavras

(que não podiam ser menos nem mais do que 100). Os 100 melhores classificados figuraram depois num livro de contos editado pela Universidade do Porto.

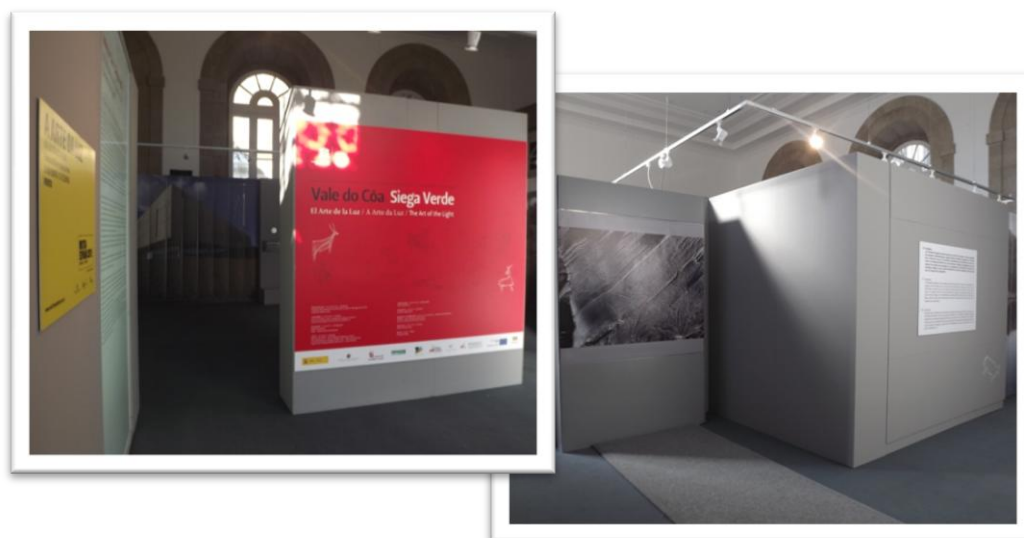
Colaboração da estagiária: Confirmação dos requisitos para concurso e transcrição de textos para edição.

Exposição “A Arte da Luz”

A exposição “A Arte da Luz” esteve patente na Reitoria da Universidade do Porto de 21 de novembro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012, no âmbito do evento “Mostra Espanha 2011”. O título da exposição faz alusão às gravuras rupestres presentes no Vale do Côa (Portugal) e em Siega Verde (Espanha) desde o período Paleolítico, à “Luz do dia”, assim como às manifestações artísticas mais conhecidas, pintadas e gravadas no interior das grutas. Conjugaram-se assim nesta exposição fotografias e vídeos destes dois lugares de excelência, classificados pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade.

A “Mostra Espanha 2012” ocorreu pela segunda vez em Portugal, nas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Palmela, com o objetivo de estreitar as relações culturais entre os dois países através de um conjunto de 30 eventos: exposições, concertos, debates e sessões de cinema.

Colaboração da estagiária: Apoio à montagem e à desmontagem da exposição, registo fotográfico da montagem, pedido de autorização junto da Câmara Municipal do Porto para circulação do transporte das obras e divulgação.



Imagens 3 e 4: Fotografias da Exposição “A Arte da Luz” – Créditos próprios

Centenário do Orfeão Universitário do Porto

O Orfeão Universitário do Porto comemora em 2012 o seu Centenário, o qual integra diversos eventos que contam com o apoio da Universidade, de entre os quais se destaca a exposição “Orfeão Universitário do Porto: 100 Anos, 100 Fotografias”.

Colaboração da estagiária: Divulgação.

Ciclo de Conferências “Diálogos com a Ciência III”

“Diálogos com a Ciência III” é o nome do Ciclo de Conferências organizado pela Universidade do Porto, que decorreu entre 12 de janeiro e 19 de abril de 2012 no Salão Nobre do Edifício Histórico da Reitoria da Universidade do Porto e contemplou as seguintes temáticas: “Que Futuro para o Estado Social?”, “Portugal e a crise económica, que fazer?”, “Justiça como desígnio nacional”, “Desafios à Constituição da República Portuguesa” e “I&D: A Riqueza do Futuro”.

Colaboração da estagiária: Divulgação, preparação do Salão Nobre com a instalação de equipamentos audiovisuais, apoio às conferências.



Imagem 5: E-flyer de uma das conferências do Ciclo “Diálogos com as Ciências III” – Design: Carla Ferreira

Conferências “Júniiores”

As conferências “Júniiores” ocorreram entre janeiro e março de 2012, no âmbito da comemoração da “Homenagem a uma Figura Eminente da UP 2011 – Francisco Gomes Teixeira” – 1.º reitor da Universidade do Porto.

Consistiram em diversas palestras de matemática, que tiveram como formadores vários docentes do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e como público-alvo, múltiplas turmas do Ensino Secundário.

Colaboração da estagiária: Divulgação, preparação do Auditório Ruy Luís Gomes, com a instalação de equipamentos audiovisuais, apoio às conferências.

Concerto “Ciência com Termografia / Anatomia Musical: do visível ao invisível”

O concerto “Ciência com Termografia” realizou-se no dia 14 de março de 2012 no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Porto, sendo fruto de uma investigação multidisciplinar de investigadores da Universidade do Porto e do Instituto Politécnico do Porto, que culminou com uma performance musical, na qual com uma câmara termográfica se desvendou o lado invisível do corpo. Acompanhada pelo DJ Yur, a violinista Iana Khmelik aliou a arte à ciência, num repertório que vai desde Bach até aos nossos dias.

Colaboração da estagiária: Divulgação e preparação do Salão Nobre.



Imagem 6: Flyer “Ciência com Termografia/Anatomia Musical: do visível ao invisível” – Design: Carla Ferreira

Ciclo de Cinema Africano Francófono

O Ciclo de Cinema realizou-se no Edifício Histórico da Reitoria da Universidade do Porto, em parceria com o Consolado de França em Portugal, que cedeu os filmes para projeção, que estiveram em exibição entre os dias 19, 20 e 21 de março de 2012.

Colaboração da estagiária: Divulgação e conceção de vídeos com vista à promoção do Ciclo de Cinema nos ecrãs da empresa Metro do Porto.



Imagem 7: Flyer “Ciclo de Cinema Africano Francófono” – Design: Carla Ferreira

Mostra Coral da Universidade do Porto

A Mostra Coral consistiu num concerto ocorrido no Teatro de Campo Alegre no dia 14 de janeiro de 2012, que no culminar do ano em que a UP comemorou o Centenário da sua Fundação, pretendeu reunir várias gerações de universitários.

Colaboração da estagiária: Divulgação e pedido de autorização para a realização da Mostra Coral da Universidade do Porto junto da Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC).

Exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”

A exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”, comissariada pelo Professor Doutor Rogério Sousa, veio complementar a “Coleção Egípcia”, apresentando registos fotográficos da realidade do quotidiano do povo egípcio, sendo mostra de diferentes culturas e lugares.

Colaboração da estagiária: Divulgação através de materiais em suporte físico, através da base de dados e das redes sociais; conceção e elaboração de vídeos com vista à promoção da exposição nos ecrãs da empresa Metro do Porto; colaboração na montagem da exposição, assim como no acondicionamento das obras em molduras; colaboração no clube de leitura e acompanhamento em visitas guiadas à exposição; monitorização do mapa 3G referente à cidade do Cairo; acolhimento do público e estudo de públicos (faixas etárias e proveniência nacional ou estrangeira).



DETALHES DA FASCINAÇÃO EGÍPCIA

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA
15 DE MARÇO A 19 DE MAIO '12
DE TERÇA A SEXTA DAS 14H00 ÀS 18H00

COMISSÁRIOS:
MARIA DO CARMO SERÉN E ROGÉRIO SOUSA

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SALA DE EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS (3º PISO)
ENTRADA LIVRE

www.reit.up.pt

Para muitos o Egito representa hoje a Praça Tahit, o que é um caminho atual e renovador da secular sedução deste país. Esta exposição constitui uma mostra de fotografias recentes, levantadas no Egito por viajantes que, de uma forma ou de outra, cruzaram neste país o seu olhar técnico, lúdico ou estético ao longo das deambulações pessoais e ou profissionais. A perspetiva global é, assim, um olhar contemporâneo sobre este país, o espaço atual, sincrise de culturas, hábitos e memória material e, de modo muito significativa, o papel da nova egiptologia portuguesa e a sua contribuição para a atualização da interpretação cultural do Egito Antigo.

«EM VOLTA DA FASCINAÇÃO EGÍPCIA»

CLUBE DE LEITURA	VISITAS ORIENTADAS À EXPOSIÇÃO
O tema da exposição «Detalhes da fascinação egípcia» é o olhar sobre uma terra que desde a Antiguidade, desperta o fascínio do viajante. Através dos textos apresentados no Clube de Leitura, são propostos percursos alternativos que complementam a seleção de imagens. Tal como as fotografias, as obras propostas compõem o mosaico da fascinação egípcia, sempre reatualizado em cada novo olhar.	15 de março / 18h30 17 de março / 12h00 Rogério Sousa
1. TEXTOS DO ANTIGO EGITO: «O Livro das Origens» e os «Dozes Versos» 21 de março / 18h30 Rogério Sousa	28 de março 11 de abril 2 de maio 18 de maio 18h30 Raquel Guerra
2. «LA DESCRIPTION DE L'ÉGYPTE» Vários autores 4 de abril / 18h30 Rogério Sousa e Maria do Carmo Serén	Inscrições mgabriel@reit.up.pt
3. «O QUARTETO DE ALEXANDRIA» Lawrence Durrell 18 de abril / 18h30 Maria do Carmo Serén	
Inscrições mgabriel@reit.up.pt	

ORGANIZAÇÃO:

U.PORTO **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSVERSAL
CULTURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

APOIOS:

IPRUPORT **cpf**
COMISSÃO DE PROMOÇÃO CULTURAL DO FREGUESIA

Imagem 8: Flyer da Exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia” – Design: Carla Ferreira

Programação Cultural do Departamento de Cultura para o ano de 2012

Ao longo de todo o tempo de permanência na instituição, a programação de eventos, contabilização de custos e distribuição de espaços foi uma questão em constante atualização e melhoria.

Neste trabalho de equipa, a **colaboração da estagiária** consistiu na elaboração e atualização da tabela da programação para o Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, com os respetivos orçamentos, datas de ocorrência dos eventos e distribuição pelos espaços disponíveis; na realização de uma tabela de divulgação de eventos, na qual foram definidos prazos de início da divulgação e das várias etapas necessárias para que a mesma seja acessível a todos os tipos de públicos; e na distribuição de lonas pela fachada do edifício.

1.1. – Cronograma

	2011			2012								
Meses	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro
Atividades												
Contacto com a Instituição												
Pesquisa e revisão bibliográfica												
Planeamento e programação das atividades a desenvolver até março (data do final de estágio)												
Planeamento e programação das atividades a desenvolver depois de março												
Execução das atividades												
Avaliação das atividades												
Orientações de estágio												
Elaboração do relatório de estágio												

Imagem 9: Cronograma de Atividades

Capítulo II – Reflexão / Análise crítica

Findo este tempo de permanência na instituição, considero que o balanço do estágio é bastante positivo, já que apesar de nem todas as iniciativas programadas terem sido possíveis de executar, conseguimos cumprir grande parte delas, tendo na sua maioria sido um sucesso no que respeita à adesão por parte do público.

Sendo que o edifício da Reitoria da Universidade do Porto apresenta, em grande parte da sua estrutura, alguns opositores que dificultam a permanência a longo prazo de exposições, devido à falta de condições ambientais (níveis de humidade relativa com grandes oscilações, temperaturas muito baixas no inverno, etc.) e económicas, pude constatar o enorme esforço feito pela equipa da secção de Cultura do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, para conseguir a estabilização das salas que acolhem as exposições temporárias, o que na minha opinião, resultou numa ação bem sucedida.

Apesar de o Departamento não ser um museu, é notório o esforço por realizar exposições museológicas de grande enfoque, buscando permanentemente a afirmação da instituição e o estreitamento da relação com o público.

A única lacuna que aponto, como entrave a um ainda melhor funcionamento do Departamento é a falta de verbas para realizar exposições e projetos culturais de maior envergadura, cenário comum a quase todas as instituições culturais da atualidade.

Considero assim que, não tendo realizado o estágio num museu, esta experiência foi igualmente enriquecedora, já que pude pôr em prática os conhecimentos adquiridos no curso de Museologia, mas também apurar a vertente da programação cultural, que sempre foi da minha preferência dado a minha formação de base em Gestão do Património.

É de salientar que este estágio se destacou não apenas pelo enriquecimento profissional, mas também pelas relações pessoais estabelecidas, já que sempre contei com o apoio e incentivo de toda a equipa.

Parte Três – Contextualização Teórica

Capítulo I – Programação de Eventos Culturais

1.1. – Definição e tipos de Eventos

Com o objetivo de aumentar a esfera dos seus relacionamentos, sejam estes profissionais ou pessoais, bem como quebrar a rotina diária, o Homem cria, organiza e participa em reuniões, que são genericamente apelidadas de “eventos”.

Para que se realize um evento é necessário que exista um pretexto, dos mais variados tipos e finalidades, que ocorram esporadicamente na vida das pessoas, como nascimentos, ritos de iniciação, noivados, casamentos e até funerais (Matias 2002, 20).

Há também eventos de âmbito maior, pois dizem respeito à vida em comunidades, como os previstos para celebrar, em diferentes culturas, dias dedicados a Deus, aos santos ou a entidades pagãs, ligados ou não ao final das colheitas e a estações do ano. São exemplos desses eventos o Halloween, entre os povos que sofreram a influência dos celtas, e as festas juninas e os Carnavais, mais difundidos entre nós. No âmbito das nações ocorrem eventos para comemorar ou homenagear datas importantes ou heróis nacionais, como, por exemplo, paradas militares ou desfiles de escolas. Competições desportivas, no sector cultural, exposições de arte, como a Bienal, e shows musicais são também exemplos de eventos.

Tão antigas quanto difundidas, as feiras livres semanais, hoje pontos de reunião e de troca ou venda de produtos, assumiram tal importância que, na língua portuguesa, entraram na designação da maior parte dos dias da semana (Brito e Fontes 2002, 47).

Cada vez mais na sociedade as Instituições promovem e criam eventos. Apesar de cada vez estarem mais voltadas para o exterior, a maior parte das organizações são internas.

Além dos eventos internos, anteriormente citados, é comum a participação, promoção e organização, pelas instituições, de eventos externos, como Feiras e congressos, em princípio organizados com a mera formalidade de troca de experiências, informações e atualizações, por meio da apresentação de novidades.

A organização de eventos, originariamente, concebidos para criar e fortalecer ligações pessoais, tornou-se com o tempo cada vez mais um negócio. Atualmente grande parte das Instituições buscam a obtenção de lucros através da organização de Eventos, tornando-se assim importantes quer na divulgação da Instituição, bem como em termos económicos, este facto pode ser constatado na Reitoria da Universidade do Porto, nomeadamente no gabinete Cultura, Desporto e Lazer, pois com os constantes cortes orçamentais torna-se necessária a própria subsistência das atividades apresentadas.

A obtenção do lucro é sempre um importante auxílio para a continuação de uma Programação Cultural de qualidade.

Os Eventos trazem ainda inúmeros benefícios para as Instituições, não sendo esses exclusivamente económicos, passamos a citar:

- Estreitamento das relações com os participantes, possibilitando a interação deles com a Instituição;
- Apresentação da Instituição, dos produtos que podemos oferecer, conseguindo assim em pouco tempo dar a conhecer parte da nossa oferta;
- Possibilidade de ganhar futuros participantes;
- Atualização profissional técnica. Muitos profissionais e consumidores recorrem aos eventos para se atualizarem com relação às novas tendências.

Os eventos estão cada vez mais enraizados na sociedade e em franca expansão (Meireles 1999).

Capítulo II – Tipos de Eventos

Existem hoje inúmeras possibilidades e tipos de eventos capazes de atender a cada um dos objetivos mais específicos e complexos de qualquer instituição, independentemente do seu porte, verba disponível, produto e serviço, estrutura e outras características.

Pretendemos com esta análise apresentar os principais tipos de eventos utilizados no mercado, as suas vantagens e os critérios básicos para decidir quando recorrer a cada um deles.

É importante que a opção por determinado tipo de evento seja feita de forma harmoniosa com a elaboração de outros planos de comunicação, para que a mesma imagem gerada nos eventos seja perceptível quando utilizados os demais mecanismos de comunicação (Galglia 2002, 26-29).

Os diversos tipos de Eventos que uma Instituição organiza, patrocina ou participa podem ser classificados de acordo com vários critérios. A classificação visa esclarecer e lembrar sobre diferentes possibilidades de realização de Eventos. Quanto à finalidade, podem ser primordialmente institucionais ou promocionais, nomeadamente aqueles cuja principal finalidade é desenvolver, manter ou aperfeiçoar a imagem corporativa da instituição.

Quando a finalidade do evento for primordialmente comercial ele será apelidado de promocional. Na Universidade do Porto existem eventos que são direcionados para promover a imagem da instituição, nomeadamente as exposições, e eventos com uma vertente mais comercial, tais como os workshops, que têm como função o lucro económico.

Apesar da classificação separar os eventos com finalidade institucional daqueles que surgem com objetivo promocional, dificilmente um evento é realizado apenas objetivando a geração de uma imagem positiva da instituição. Mesmo quando o evento é institucional, o intuito final a meio longo prazo é gerar lucros, não só monetários, mas também benéficos para a imagem da instituição.

Podemos assim concluir que qualquer evento, dito institucional, gera ou deverá gerar algum tipo de retorno para a instituição.

No que diz respeito à periodicidade os eventos podem ser classificados como esporádicos, periódicos ou de oportunidade.

São chamados de eventos esporádicos, aqueles que se realizam sem periodicidade pré-definida e fixa. Isso significa que são elaborados de acordo com o interesse ou momento específico determinado pela instituição, considerando uma nova situação favorável à sua realização, como acontece no Departamento de Cultura Desporto e Lazer com a Feira dos Minerais, que ocorre sempre no primeiro fim-de-semana de Maio.

Quando o evento é classificado em periódico este é desenvolvido com periodicidade definida e, geralmente fixa. Neste contexto são de referir os workshops, que decorrem num período específico.

Os eventos de oportunidade, apesar de também não possuírem periodicidade pré-determinada, são desenvolvidos de acordo com oportunidades externas de mercado e não surgidos a partir de uma ação interna da instituição.

De acordo com a abrangência esperada os eventos podem ser classificados em locais, regionais, nacionais e até internacionais. É frequente que a mesma instituição esteja a realizar eventos, simultaneamente, em mais de uma área de abrangência.

Os eventos podem ser classificados considerando, também, o âmbito de atuação deles, podendo ocorrer em ambientes amplos, fora das suas sedes ou nas próprias dependências, motivo pelo qual convém diferenciar os eventos externos e os eventos internos. Algumas exposições ocorrem em infraestruturas que não pertencem à Reitoria, em outras instituições.

Quanto ao público-alvo, dependendo do perfil do mesmo, que é estabelecido pela instituição, o evento pode ser classificado em corporativo ou para o consumidor. Os primeiros são direcionados ao público da instituição e os segundos ao público externo à instituição.

As exposições são direcionadas para um público não corporativo, isto é, para aqueles que não estão ligadas à Universidade do Porto, por outro lado, os Ateliers de Verão são direcionados para os filhos dos funcionários da Universidade do Porto, logo para um público corporativo.

No que diz respeito à participação da instituição na organização do evento, esta poderá ser mais ou menos ativa (Matias 2002, 21-53).

A instituição poderá apoiar o evento de várias formas: em termos monetários, através da cedência de espaço ou através do patrocínio. Cada um destes apoios será utilizado de acordo com a estratégia da instituição, pois em alguns casos não se justifica uma

organização ativa mas sim passiva. Muitas exposições da Universidade do Porto contam com apoios monetários ou de divulgação, mas pouca, ou nenhuma, intervenção em termos humanos.

De seguida serão descritos diferentes tipos de eventos, dando maior relevo aos que incidem diretamente no caso em estudo, workshops, exposições e eventos culturais na sua generalidade, sendo indicados os objetivos de cada um (Gonçalves 1998, 30-51).

2.1 - Feiras

As feiras são eventos direcionados para segmentos específicos de mercado, cuja duração média é de uma semana e são organizados por instituições especializadas no ramo.

Visto que as feiras possuem organizadores próprios, decisões como escolha da data, local e mecanismos de divulgação, entre outras, ficam a cargo destes.

Este tipo de evento é utilizado quando o objetivo é atrair um grande número de participantes a um único local, apresentando assim os vários produtos e serviços de uma forma atraente e motivadora.

Os objetivos da participação em feiras não se limitam à exposição e apresentação de produtos e serviços, outros objetivos devem ser considerados tais como: manter um contacto direto e pessoal com os participantes; desenvolver um mailing de prospeção; recolher informações sobre a concorrência; lançar novos produtos, aproveitando-se a presença de participantes à procura de novidades e estabelecer novos contactos comerciais.

Decidir pela participação ou não em feiras irá depender da estratégia de comunicação da instituição. As instituições devem estabelecer e referenciar quais as feiras que mais se adequam ao seu ramo de atividade.

No final de cada feira a instituição deve analisar os pontos positivos e os pontos negativos da sua participação, ponderando assim a sua presença futura (Gonçalves 1998, 30-51).

Além da análise geral do perfil da feira e da real possibilidade de exposição é necessário que se estabeleçam outros critérios na escolha daquelas em que a instituição deverá participar, tais como: o número e o perfil dos visitantes; o número de instituições expositoras; os resultados quantitativos e qualitativos a feira; os mecanismos de divulgação; os pavilhões de exposição.

Analisando os fatores anteriormente citados a instituição poderá tomar uma decisão em factos concretos.

O importante é que as decisões que venham a ser tomadas com relação a participações em feiras sejam fruto de análise prévia, planeamento, com definição de objetivos claros e estratégia bem composta e que toda a instituição se sinta confiante da decisão escolhida.

No que diz respeito à Reitoria, as feiras são realizadas com a finalidade de divulgar a Instituição através de outros produtos. Assim sendo, a única responsabilidade é a de disponibilizar as infraestruturas e os meios necessários para a realização da feira. No caso específico faz-se referência à Feira dos Minerais, que se realiza anualmente no Átrio de Química, acessível pela entrada traseira da Reitoria. O objetivo da feira é a comercialização de minerais e derivados.

2.2 – Congressos e Conferências

Os congressos são eventos em que profissionais de instituições da mesma área se reúnem, em local fechado e restrito aos participantes, para discutir sobre temas em comum.

Numa ótica mais abrangente, os congressos podem ser direcionados para todo o tipo de público, dependendo da sua temática. O objetivo de uma instituição cultural é definir qual o melhor tema para a realização do congresso.

A temática a apresentar deverá estar relacionada com a instituição e a sua história (Zobaran 2004, 9-33).

No que diz respeito à Reitoria da Universidade do Porto, esta participa e organiza vários congressos, sendo de destacar os que se realizam nas instalações das faculdades e as que têm lugar na própria Reitoria. Em cada uma delas o envolvimento difere, se nas primeiras o apoio é sobretudo ao nível dos oradores e da divulgação, nas segundas passa por toda a organização, quer ao nível da definição da temática, quer ao nível da configuração das salas.

2.3 - Eventos culturais

Para conquistar potenciais participantes será possível convidá-los a participar no evento cultural, já em cartaz ou patrocinado pela instituição.

Os eventos culturais são atividades realizadas na Reitoria da Universidade do Porto, através das exposições patentes o público é convidado a conhecer a instituição e a participar em ações futuras. Um dos objetivos do gabinete de Cultura, Desporto e Lazer é definir quais os eventos mais adequados e que se relacionam com a história da reitoria e das próprias faculdades, para que exista uma programação eficaz e coerente, visto que o público-alvo é aquele que frequenta os espaços anteriormente indicados (Zobaran 2004, 9-33).

2.3.1 – Apresentação da definição de Evento Cultural

Para proceder à definição de evento cultural é necessário definir o que é um evento e o que é a cultura.

2.3.1.1 - Definição de evento

Qualquer acontecimento que foge à rotina, sendo sempre programado para reunir um grupo de pessoas. (SENAC)

Qualquer facto que pode gerar sensação e, por isso, ser motivo de notícia (seja de cunho interno ou externo).

Com base nesta última definição, podemos destacar as seguintes características de um evento:

- O evento como um facto;
- O evento como um acontecimento que gera sensação;
- O evento como notícia.

Os eventos podem ser classificados como naturais, ou seja, aqueles que, tal como o próprio nome indica, provêm da natureza (maremoto, enxurrada, terramoto etc.) ou culturais, ou seja, produzidos pelo homem (Zobaran 2004, 9-33).

2.3.1.2 - Definição de produção de eventos

Eventos são todos os acontecimentos previamente planeados, organizados e coordenados de forma a contemplar o maior número de pessoas no mesmo espaço físico e

temporal, com informações, medidas e projetos sobre uma ideia, ação ou produto, apresentando os diagnósticos de resultados e os meios mais eficazes para se atingir um determinado objetivo (Brito 2002, 27).

2.3.1.3 – Breve definição de cultura

Muitos associam o significado da palavra cultura ao conhecimento ou, em termos práticos, a informação adquirida no contexto escolar e através da informação.

Outra definição existente é a de que cultura é sinónimo de lazer. Quando se fala em espaço cultural ou de atividades culturais, faz-se referência ao lugar ou práticas onde a arte é posta como cultura erudita (elite escolarizada) e cultura tradicional (costumes do povo).

As duas definições podem ser desfeitas com a argumentação de que conhecimento e lazer são o fim último da existência da humanidade (Brito 2002, 50-52).

2.3.1.4 - Definição de evento cultural

Baseado na definição já dada de evento e de cultura, acrescentam-se as seguintes características para os eventos culturais:

- Não deve ser comercial e/ou subjetivo;
- Não pode possuir um público restrito, deve ser alargado a toda a sociedade. Eventos culturais são discursos públicos (qualquer ser humano para produzir um discurso deve ter consciência da sua produção para que o seu resultado venha a ser um produto cultural) (Brito 2002, 27-39).
- Visa a democratização das manifestações culturais como: tecnologia, saúde, educação, arte, etc;
- Visa anular a desigualdade social.

A produção de eventos culturais é antagónica à produção de eventos mercadológicos. Enquanto o primeiro visa a democratização dos bens culturais, o segundo é voltado para um público consumidor impondo ao mesmo uma cultura de consumo e alienada. Esta é denominada indústria cultural ou cultura de massa. Ou seja, a produção cultural existe para reparar o abismo criado na sociedade pela indústria cultural.

Assim, toda a atividade que o homem cria para satisfazer as suas necessidades naturais (alimentar-se, dormir, cuidar da higiene, obter conhecimento ou momentos de lazer), ou seja, os meios que o homem utilizará para atingir tais necessidades são atividades culturais.

Toda a atividade cultural produz discursos sociais, sendo assim, atividades onde o seu papel é destinado ao coletivo (Bizzocchi 2003, 13).

2.4 - Eventos Desportivos

Da mesma forma que nos eventos culturais, é possível organizar eventos desportivos com a participação exclusiva dos convidados da instituição, bem como aproveitar alguns já existentes, participando como patrocinador.

Não sendo da responsabilidade dos elementos presentes no edifício da Reitoria, as atividades realizadas não passam diretamente pelo encargo dos responsáveis pelo Departamento de Cultura, Desporto e Lazer. No entanto, são de referir a organização de atividades do âmbito desportivo, tais como campeonatos e apoios ao nível de outras iniciativas.

2.5 - Workshops

Tendo em conta a definição do dicionário workshop é: “curso intensivo ou grupo experimental” (Bizzocchi 2003, 15-19).

Para desenvolver um workshop são utilizadas várias técnicas. Uma delas refere-se à experimentação, nessa técnica é apresentado um problema que deverá ser respondido pelo grupo mediante tentativas e experimentos com material fornecido, seja este o próprio produto, sejam suas réplicas moldáveis ou qualquer outro material capaz de reproduzir uma situação real.

A utilização de um questionário aberto a ser preenchido individualmente pelos participantes após a apresentação do problema ou tema constitui-se em outra técnica bastante utilizada em workshops.

Se for de interesse da instituição, o resultado do questionário poderá ser novamente colocado em pauta para discussão com o grupo e obtenção de um resultado final em comum.

Em relação ao público a que se destina o evento este poderá ser de dois tipos: um público externo à instituição e um público interno, isto é constituído por colaboradores.

O local escolhido para o evento deverá ser o mais adequado para o tipo de atividade a desenvolver (Bizzocchi 2003, 15-19).

Ao nível dos workshops a Reitoria da Universidade do Porto apresenta uma estrutura variável, sendo de destacar a Escrita Criativa e de Argumento, as Máquinas Digitais, entre outros. Analisando cada uma delas pode-se concluir que abarca vários temas direcionados para diferentes públicos.

No que diz respeito à organização todo o processo passa pelo Departamento de Cultura, Desporto e Lazer.

2.5.1 - Apresentação e estrutura de um workshop

Um workshop implica uma preparação em grupo de acordo com a técnica dominada pelo instrutor, o qual visa o aprendizado de novas práticas para o trabalho pré-determinado. Por outras palavras trata-se de uma reunião de trabalho entre usuários e instrutores.

O workshop proporciona um encontro no qual são passadas experiências, seja na teoria ou na prática. É uma espécie de curso intensivo, através do qual se pretende passar o máximo de informação num curto espaço de tempo (Bizzocchi 2003, 15-19).

Um workshop diferencia-se de uma palestra, por alguns eixos conceituais básicos. Nele, a plateia não é apenas mera espectadora, visto que, em determinados momentos (ou em todos eles, dependendo da organização do trabalho e do estilo de aprendizado proposto), o auditório é convocado a participar vivenciando experiências que remetem para o tema em discussão.

Assim sendo, o workshop tem um carácter mais prático e a realização do mesmo requer, do formador uma profunda abertura ao diálogo, ao envolvimento e ao confronto.

Geralmente, durante um workshop, estimulam-se trabalhos de recortes, de construções em sub-grupos, de organizações de painéis, de plenários com recursos audiovisuais (Bizzocchi 2003, 15-19).

Capítulo III – Programação e Produção Cultural

O planeamento de um Evento com sucesso não é tarefa simples, envolvendo providências de natureza diversa, que devem ser tomadas em determinada ordem e geralmente em curto espaço de tempo. Um pequeno esquecimento, atraso ou falha em relação a uma delas poderá comprometer o sucesso do Evento.

Para que tal facto não ocorra torna-se importante ter presentes os passos, ou etapas, a serem seguidos. Uma simples listagem dessas etapas já constitui, por si só, uma ajuda, dando mais segurança ao organizador. Caso o evento seja realizado por terceiros, a instituição deve controlar cada passo do processo. É importante um conhecimento profundo de todo o planeamento, para poder responder a eventuais atrasos ou erros da organização. Caso seja a própria instituição a organizar, esta deve verificar a listagem das etapas na ordem em que deverão ser executadas.

A partir do momento em que a instituição aprova a organização do evento deve-se começar de imediato o planeamento, os passos que deve seguir. As providências começam com muita antecedência, muitas vezes até um ano antes de cada evento, e vão-se intensificando à medida que se aproxima a data deles.

Cada tipo de evento possui características peculiares, pelo que se apresenta o planeamento para Workshops, Eventos Desportivos e Eventos Culturais, já que são estes os eventos contemplados pelo Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, tendo sido alguns deles desenvolvidos durante o estágio.

No planeamento dos eventos acima referidos são indicados os seguintes passos:

- 1º - Definir objetivos do Evento
- 2º - Verificar e analisar o orçamento disponível
- 3º - Definir as estratégias para o evento e apresentar o plano
- 4º - Definir o Tema do evento
- 5º - Definir o público-alvo
- 6º - Definir a data
- 7º - Escolher os Horários
- 8º - Definir o local
- 9º - Escolher a disposição da sala ou dos ambientes
- 10º - Definir patrocínios

- 11º - Reunir os envolvidos
- 12º - Contratar serviços de terceiros
- 13º - Elaborar o programa
- 14º - Elaborar e enviar convites
- 15º - Desenvolver material promocional
- 16º - Definir promoções
- 17º - Definir mecanismos para a divulgação do evento
- 18º - Divulgação
- 19º - Preparar fichas de inscrição
- 20º - Verificar o investimento total previsto para o evento
- 21º - Preparar formulários
- 22º - Preparar questionários de avaliação

Estes são os passos fundamentais para que um Evento tenha sucesso (Galglia 2002, 29-30).

3.1 - Definir objetivos do Evento

A primeira etapa na organização de um Evento é definir os objetivos esperados. Nesse caso o atingir dos resultados previstos dependerá exclusivamente de ações e estratégias definidas pela instituição. A atenção dos participantes estará direcionada para a instituição, a responsabilidade em relação aos resultados torna-se muito maior, pois o número de participantes, a qualidade do Evento e do material distribuído dependem exclusivamente da Instituição.

Antes mesmo de se preparar o workshop é necessário que os envolvidos no processo definam quais os objetivos do mesmo (Galglia 2002, 30-32).

3.2 - Verificar e analisar o orçamento disponível

Antes de se escolher as ações e estratégias para o evento, devem ser estabelecido um orçamento básico para a sua realização, bem como o seu grau de flexibilidade. Assim

será possível distribuir a verba entre as atividades escolhidas, da melhor forma possível, garantindo assim atingir os resultados esperados.

O orçamento deverá ser discutido com a direção da Instituição, para se alcançar um valor adequado (Gonçalves 1998, 30-51).

Para a organização de uma atividade na Reitoria da Universidade do Porto, o orçamento é frequentemente disponibilizado por patrocinadores, pois os recursos financeiros são escassos. Assim sendo, é fulcral uma análise pormenorizada da verba disponível, para garantir o sucesso da atividade.

No que diz respeito aos workshops o orçamento inicial é sempre nulo, sendo os participantes que contribuem para a constituição dos mesmos através do pagamento da inscrição, daí existir sempre um número mínimo de formandos.

3.3 - Definir as estratégias para o evento e apresentar o plano

Definidos os objetivos e o orçamento do evento, parte-se para a escolha da estratégia a ser adotada, intimamente dependente deles.

A estratégia constitui o fator determinante dos resultados e do sucesso da participação da Instituição no evento. Dela devem constar importantes decisões como o público-alvo, o tipo de evento, o tema, o local, a data, o horário e o convite, entre outros. Além dessas decisões devem ainda constar as atividades que serão desenvolvidas para o atendimento dos objetivos, o seu cronograma de implementação, os recursos necessários para tanto e, finalmente, os mecanismos de avaliação dos seus resultados.

Para a definição da estratégia deve ser sempre tido em conta o tema, pois sem ele nunca poderemos definir qual o público-alvo, nem o local, nem a data, nem o horário e o convite (Gonçalves 1998, 30-51).

3.4 - Definir a Temática do evento

Definir, explicitar e divulgar o tema principal do evento é um passo muito importante que deve ser realizado rapidamente, pois dessa definição dependerá a linha que irá nortear todas as decisões com relação à sua organização.

O tema permeará diversos aspetos do evento como a sua divulgação, a escolha do local, a realização de convites, o material de apoio, as promoções, entre outros. Mesmo

quando o tema não aparecer nos materiais ou na divulgação para os participantes é fundamental que os envolvidos na organização do evento o conheçam e entendam o seu significado, para que as atividades sejam desenvolvidas com um único alvo.

O tema principal deve ser apresentado numa frase curta, objetiva, de impacto, mas que sintetize todos os objetivos esperados. Deverá ser um tema entendido por todos os participantes (Brito 2002, 20-52).

Para definir o tema é tido em conta o contexto geral, o mundo atual, bem como a interligação deste com a Reitoria e todas as faculdades.

3.5 - Definir o público-alvo

Definir o público-alvo significa decidir quais as pessoas, de que segmentos, de que regiões geográficas e com que perfil serão as mais indicadas para participar no evento.

A definição e o conhecimento do perfil do público-alvo deverão corresponder às expectativas traçadas nos objetivos.

Conhecendo o público-alvo do evento, outras decisões tornam-se mais fáceis de ser tomadas, como a escolha da data, do horários e do local.

Na Reitoria da Universidade do Porto o público-alvo serão sempre aqueles que estão direta ou indiretamente ligados à Instituição. Dependendo do evento serão tidos em conta fatores geográficos e etários (Brito 2002, 20-52).

3.6 - Definir a data

Apesar de aparentemente se tratar de uma definição rápida e fácil, a escolha da data para se realizar o evento deve seguir alguns critérios que serão decisivos para o sucesso. Muitos eventos, embora bem organizados, fracassaram pela escolha inadequada da data porque os responsáveis se esqueceram de verificar com maior cuidado a sua viabilidade.

Primeiramente deve ser definida qual a melhor data para a Instituição. O próximo passo será verificar, nos calendários regional, nacional e internacional, caso o público-alvo sejam estrangeiros, os feriados e as datas comemorativas durante todo o ano. Essa verificação deverá ir ainda além do calendário nacional ou internacional, prevendo, também,

as datas comemorativas ou eventos especiais programados para a Cidade onde se pretende realizar o evento e não constem no calendário oficial.

Ainda em relação à data é preciso saber que existem dias da semana mais adequados para a realização de eventos. Assim a terça-feira e a quinta-feira são os dias em que é possível reunir um número mais expressivo de participantes, independentemente do público-alvo que se pretende atingir. Esse dado é histórico e deve, portanto, ser respeitado no caso de eventos realizados na cidade (Brito 2002, 20-52).

Para definir a data, nos eventos da Reitoria da Universidade do Porto, são sempre tidos em conta todos os fatores externos enumerados anteriormente. Como exemplo podem ser referidos os ateliers para os filhos dos funcionários, que se realizam sempre durante o período de férias escolares.

3.7 - Escolher os Horários

A escolha do horário está diretamente relacionada ao tipo de evento que será realizado. No entanto há que ter em conta alguns aspetos, nomeadamente atrasos, respeitar os hábitos do público-alvo e prever sempre um intervalo entre cada apresentação.

A seleção dos horários é sempre relacionada com o público-alvo (Brito 2002, 20-52). No caso da Reitoria, os horários definidos são maioritariamente pós-laborais, para permitir a adesão de um público ativo.

3.8 - Definir o local

A definição do local é outro dos pontos fundamentais na realização de um evento, sendo assim para que o local seja adequado devem ser consideradas as seguintes questões:

- É a imagem do evento?
- Possui as infraestruturas necessárias?
- Condiz com a expectativa do investimento?
- É a imagem do evento?

Após a definição dos sete passos anteriores é possível apurar se o evento será formal ou descontraído, de um dia ou de um fim-de-semana, com público-alvo formado por jovens ou executivos e com que tema, entre outras características que contribuem para formar o perfil do evento.

De acordo com o resultado do conjunto dessas decisões deve ser escolhido o local.

Condiz com a expectativa do investimento?

A viabilidade ou não da realização de um evento em determinado local dependerá do custo desse local, que deverá ser analisado considerando a disponibilidade financeira total para o evento e a proporção que determinado local representa desse total, além da relação custo/benefício que ele trará para o resultado final do evento, em comparação com outras alternativas. Caso seja possível realizar o evento nas próprias instalações da instituição será a melhor opção, pois não será necessário nenhum gasto com o aluguer de espaço.

Os eventos realizados na Reitoria da Universidade do Porto têm quase sempre lugar nas instalações da própria ou numa faculdade pertencente à mesma. Logo, o investimento é nulo, visto as infraestruturas serem as próprias (Brito 2002, 20-52).

3.9 - Escolher a disposição da sala ou dos ambientes

No caso de eventos realizados em salas poderá ser necessária a escolha da disposição dos móveis e das pessoas na sala. A escolha dependerá, entre outros aspetos, do perfil e das características do evento, do tamanho da sala, do número de pessoas previstas e, especialmente, dos objetivos esperados.

Por disposição da sala entende-se tanto o posicionamento dos móveis que irão acomodar os participantes convidados quanto o dos que irão acomodar os formadores.

Entre algumas formas de acomodar os participantes destacam-se a disposição em “U”, utilizada quando se pretende promover um envolvimento direto e participativo de todos os participantes presentes, a desvantagem surge quando o número de participantes é elevado. Outra forma de dispor a sala é em retângulo, permitindo assim uma grande interação e proximidade entre os participantes. A disposição em “T” é utilizada com os mesmos propósitos das anteriormente citadas. A disposição em círculo permite a eliminação de uma hierarquia visível, pois não existe ninguém destacado. A disposição em “auditório” é utilizada quando o número de participantes é elevado e a interação entre eles não é um bem necessário. Sala em “espinha de peixe”, possui a vantagem de poder agrupar grande número de participantes e, ainda, de manter certa interação e comunicação entre todos os intervenientes. Sala em “grupos”, utilizada sobretudo quando o objetivo é o trabalho em grupo.

Independentemente da escolha da disposição da sala, alguns cuidados deverão ser tomados para garantir eficiência na sua utilização, tais como corredores largos, espaço correto entre fileiras de mesas ou cadeiras, estas últimas deverão ser confortáveis e as mesas devem ser amplas.

Antes de definir a disposição da sala é importante ter em conta o tipo de evento e, sobretudo, comunicar com o formador acerca da sua opinião. Tal facto acontece na Reitoria da Universidade do Porto, pois muitas das vezes é o próprio formador que auxilia na organização da sala.

3.10 - Definir patrocínios

Os patrocínios são cada vez mais importantes na organização de eventos, pois poderão trazer à instituição benefícios financeiros ou materiais. Cabe à instituição, em conjunto com o patrocinador, definir quais as suas necessidades e em que setores necessita mais de apoio.

Para que o patrocinador seja convencido é necessária a elaboração de um documento onde constem todos os pormenores do evento.

Antes de definir qual o patrocinador a contactar é necessário elaborar um dossier onde constem as atividades e a organização do evento, para dar a conhecer ao mesmo, bem como os benefícios que poderão advir de uma possível parceria (Pacheco 2000, 70-94).

Na Universidade do Porto os patrocinadores já estabeleceram parcerias, logo torna-se mais fácil um diálogo e uma ligação efetiva.

3.11 - Reunir os envolvidos

Para os funcionários e parceiros envolvidos direta ou indiretamente no planeamento, execução e controle do evento deverão ser divulgados e discutidos os procedimentos e ações que serão envolvidas e que queiram a participação ativa deles. Será assim imperioso a realização de duas reuniões, uma com os funcionários e outra com os parceiros, onde se irá definir as responsabilidades e para a elaboração do cronograma de atividades.

Antes de partir para a realização concreta do evento, na Reitoria da Universidade do Porto, é realizada uma reunião com os parceiros, patrocinadores e participantes externos, e

os próprios funcionários da Instituição. Assim, são desenvolvidas e tomadas as decisões necessárias para a concretização da atividade (Pacheco 2000, 70-94).

3.12 - Contratar serviços de terceiros

Para a realização de qualquer evento é necessário a contratação de serviços, de acordo com as necessidades específicas de cada um. Se a organização do evento for realizada nas instalações da instituição os serviços a contratar serão mínimos, pois a própria os assegurará. Mais uma vez é de salientar a importância da relação custo/qualidade.

Os contratos celebrados entre a instituição e terceiros carecem sempre de uma análise pormenorizada, pois sendo a Reitoria uma entidade com escassos recursos financeiros, será sempre escolhida a proposta que apresente a melhor dualidade entre custo e qualidade (Pacheco 2000, 70-94).

3.13 - Elaborar o programa

Com base no tema principal do evento deve ser definido o programa geral com horários, durações e conteúdos que serão desenvolvidos durante todo o período da sua duração (Pacheco 2000, 70-94).

As instituições divulgam o programa aos participantes para que estes possam escolher qual o tema da sua preferência. Uma vez apresentado o programa, este deverá ser respeitado criteriosamente (Zobaran 2004, 9-33).

O programa, dependendo da atividade, poderá ser elaborado pelos intervenientes da instituição ou pelos intervenientes externos à Reitoria, pois muitas das vezes funcionamos como meros recetores de atividades.

3.14 - Elaborar e enviar convites

A elaboração do convite, aos possíveis participantes, é um dos passos mais importantes, pois será a imagem do evento junto de quem o recebe. O convite deverá ser apelativo, sendo que constam nele as seguintes informações:

- Data e horário do evento;
- Local do evento;

- Tema;
- Logotipo;
- Conteúdo programático;
- Principais tópicos;
- Contactos para confirmação.

O convite deve ser personalizado, isto é direcionado a uma determinada pessoa e enviado com antecedência.

A elaboração dos convites para as inaugurações ou participações em eventos realizados na Reitoria é da responsabilidade do Gabinete de Comunicação e Imagem, que recebe indicações da organização (Zobaran 2004, 9-33).

3.15 - Desenvolver material promocional

Além dos folhetos institucionais existem inúmeras possibilidades de materiais promocionais que poderão servir de apoio ao evento. É importante salientar que, independentemente dos materiais escolhidos, todos deverão seguir um padrão visual de acordo com o tema do evento. Assim, tem-se uma visualização constante e marcante do tema, onde quer que o participante esteja (Galglia 2002, 30-32).

3.16 - Definir promoções

Uma das técnicas que se pode utilizar para cativar mais público é o de criar promoções, parcerias com outras instituições, podendo assim atribuir descontos. Na realização de eventos a Reitoria da Universidade do Porto utiliza esta técnica, pois são realizados descontos, em todas as atividades, para funcionários, alunos e antigos alunos (Galglia 2002, 30-32).

3.17 - Definir mecanismos para a divulgação do evento

Quando se recorre à divulgação aberta do evento os cuidados com as confirmações de presença e a soluções de dúvidas, cálculo do número de presenças e a consequente reserva de salas, de serviço e outros carece de cuidados redobrados. Por divulgação aberta

compreende-se que seja realizada ao público em geral. Caso a divulgação seja fechada então será dirigida a um determinado público.

A divulgação das atividades realizadas na Reitoria é sempre feita através do site da própria e das redes sociais, podendo posteriormente ser alargada através de cartazes, flyers e telas exteriores. Logo, a divulgação é aberta pois todos têm acesso à mesma não sendo, no entanto, disponível a participação a todo o tipo de público.

3.18 - Divulgação

A divulgação pode, uma vez mais, ser interna ou externa. No caso de ser externa é importante divulgar em médias, televisão, rádio e outras, garantindo assim maior visibilidade ao evento.

Para que os media se interessem pelo nosso evento é necessário cativar a sua atenção, através de um convite onde se expõe todo o conceito do evento.

Tal como já foi referido no ponto anterior, a divulgação na Reitoria da Universidade do Porto é sempre externa.

3.19 - Preparar fichas de inscrição

As fichas de inscrição são um elemento de enorme relevância, pois são importantes no presente mais também o serão no futuro. No presente a ficha de inscrição servirá para contabilizar o número de participantes, podendo assim preparar melhor o evento, no futuro poderá servir para futuros contactos. O objetivo das fichas de inscrição é o de recolher os dados dos participantes, tais como nome, morada, contactos de telefone e-mail, como teve conhecimento do evento, etc. estes dados serão tratados e analisados pela instituição.

Para poderem participar em workshops realizados pela Reitoria da Universidade do Porto será sempre necessário o preenchimento de uma ficha de inscrição⁷, onde os itens a constar são os definidos anteriormente. Assim, permite criar uma maillinglist para futuros contactos.

⁷ Ver Anexo II – Exemplo de ficha de inscrição para os eventos do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer.

3.20 - Verificar o investimento total previsto para o evento

Após a definição de todas as atividades do evento, elabore um novo orçamento, também estimado, porém agora mais esmiuçado e preciso, comparando-o com o preestabelecido pela instituição. Deve-se então proceder a eventuais ajustes, caso haja uma diferença muito grande entre os dois.

Depois de definir todos os passos anteriormente referidos, os intervenientes da organização do evento realizam uma nova reunião para definir o investimento total.

3.21 - Preparar formulários

Para acompanhar a implementação do evento, verificando se tudo o que foi planeado está ser concretizado, nos prazos definidos e conforme o estabelecido ou acordado, é preciso, ainda na fase de planeamento, elaborar formulários de controlo antes do início do evento, utilizados durante a sua realização, para controle da sua implementação e considerados, após o seu término, para avaliação dos resultados atingidos.

3.22 - Preparar questionários de avaliação

Para facilitar a avaliação dos resultados dos eventos é necessário elaborar um questionário. Como muitos dos questionários de avaliação, este deverá ser preenchido ainda durante o evento. Após o fim do mesmo os resultados serão analisados e a organização poderá saber se os objetivos do evento foram ou não alcançados.

Tal facto sucede em todos os eventos da Reitoria da Universidade do Porto, permitindo assim uma avaliação mais concreta dos pontos positivos e negativos do próprio evento.

Um bom planeamento é muito importante, pois dará maior segurança à organização, além de facilitar as suas tarefas (Andrade 2003, 4).

Capítulo IV – Produção de Exposições

4.1. – Planeamento e preparação de um evento cultural

Para a execução de um projeto que reúna as condições do espaço e que permita a correta comunicação e transmissão da mensagem pretendida é imperativo ter em conta inúmeras questões essenciais como: o espaço, os recursos, o conteúdo expositivo, a viabilidade do projeto e sua concretização.

Em primeiro lugar, o espaço, as dimensões do mesmo, os elementos que ostenta, o facto de apresentar uma margem de manobra que permita reformular o espaço, se tal for necessário, que permita recorrer a dispositivos alternativos mas também aos mais tradicionais.

Para a preparação de qualquer evento cultural, é imperativa a prévia escolha da sua temática, devendo este manifestar claramente o objetivo e a mensagem do mesmo, cativando o público e suscitando o seu interesse do qual depende o sucesso de qualquer produção. O tema pode surgir naturalmente, quando o evento é inerente a alguma comemoração ou homenagem, o que faz com que se perca um pouco da originalidade, pois várias entidades podem comemorar a mesma data, simultaneamente, tendo então que ser abordadas por cada uma com uma maior subtilidade que a valorize na “disputa” pela afluência de público.

Qualquer que seja a temática do evento, visa-se sempre a satisfação cultural e emocional do público, recorrendo-se assim a recursos sonoros, visuais e táteis, linguagens que devem ser facilmente entendidas por todos.

Devemos ter permanentemente em conta que nem todo o público tem as mesmas capacidades intelectuais e motoras, o que torna necessária a eliminação de possíveis obstáculos para facilitar o acesso aos eventos culturais, ajudando os visitantes a ultrapassar as barreiras que anteriormente os impediam de frequentar atividades deste âmbito (Cesca 1997, 18-20).

4.2. – O que é uma exposição?

Ao mesmo tempo que assistimos à universalização ou globalização da cultura, vamos igualmente conhecendo modelos de identificação em que os agentes culturais regionais são

muitas vezes articulados com aqueles que vêm de fora. Assiste-se assim, cada vez mais a um regresso ao passado, à “patrimonialização”, se assim poderemos dizer, dos elementos locais, porque, de facto, é notável nas sociedades atuais, um défice de afetividade daquilo que são as nossas referências passadas e a nossa história enquanto povo. É então fundamental recuperar o passado e exaltar todas as atividades e expressões que se possam converter num instrumento ao serviço do fortalecimento da identidade de uma nação e de todo o mundo, tornando acessíveis a todos não apenas memórias longínquas, mas também as mais recentes, assim como exemplares de destaque no campo da arte.

Sendo o mundo uma permanente exposição, este pode ser assim encarado apenas porque o homem manifesta em todos os olhares a sua visão expositiva e expõe permanentemente os seus gostos e preferências em relação a tudo o que o rodeia. Numa era em que a cultura é cada vez mais valorizada por parte das populações, as exposições são cada vez mais ilimitadas, tanto física como criativamente, surgindo mudanças no conceito das exposições tradicionais, incorporando no modelo antigo de exposições as inovações tecnológicas atuais e uma crescente interação com o visitante. O tipo de público que visita uma instituição cultural, seja nacional ou estrangeiro, é constituído por um leque diversificado de visitantes individuais ou em grupo que procuram conseguir a visita uma experiência agradável e única. Como afirma Francisca Hernandez, “[...] se uma nova exposição fracassa na tentativa de agradar, entreter, surpreender ou informar o público, este pode sentir-se defraudado e desiludido” (Hernandez 2003, 49).

De um modo geral, até ao início do século XX, os museus centravam os seus objetivos na frequência de públicos restritos, como artistas, críticos, apreciadores de arte, historiadores, turistas... Por essa altura, o museu recolhia as obras, expunha-as, mas não se preocupava com o seu estudo mais aprofundado, nem tão pouco com a sua valorização estética e didática, o que fez com que o papel educativo e social dos museus tenha vindo a ganhar sentido, apenas a partir da Primeira Grande Guerra Mundial.

Já em meados do século XX, a arte começa a procurar novas formas de representação, o que torna os museus mais vivos, ao serem-lhe proporcionados todos os meios e instrumentos necessários para poderem desempenhar a sua função. No que se refere à sociedade portuguesa em particular, esta tem vindo a ser atingida por processos de descontinuidade e de rutura com o passado em termos do binómio produção cultural/consumo cultural, que se encontram intimamente ligados a alterações na relação do

Estado com a Cultura, que é atualmente vítima de cada vez mais cortes financeiros e apoios estatais. A participação dos cidadãos foi sendo cada vez mais nula e o Estado foi-se regulamentando, apoiando-se em instituições capazes de legitimar o seu poder regulador. Com a crescente integração na Europa, Portugal foi dando uma crescente importância à definição de uma identidade nacional assente nos seus 800 anos de história, que trouxe consigo um acrescido investimento do Estado na valorização da imagem patrimonial do país e das instituições museológicas, as quais ganharam também o apoio de mecenas, que as ajudam financeiramente em troca do reconhecimento social da sua ação.

A novos hábitos culturais, cada vez mais exigentes e com um público mais consumista, associam-se acontecimentos de carácter lúdico e representacional – os megaeventos – que assinalam o início da procura de um novo destaque do país face à Europa, assim como de uma nova centralidade simbólica capaz de revitalizar a vida urbana e reconverter a imagem da cidade. O ex-libris de modernidade ao nível do poder local passa então a centrar-se neste investimento na oferta cultural, numa altura em que as infra-estruturas básicas, como o saneamento e as águas públicas já estavam consolidados. Por outro lado, é no caso dos museus, espaços de redobrado interesse cultural, que se verifica uma significativa redução do número de visitantes e um estreitamento cada vez maior das estruturas sociais. “Pode-se deste modo concluir que a recente proliferação das novas correntes estéticas mediatizadas e suportadas por uma indústria cultural efémera terá muito mais facilidade em recrutar estes públicos jovens, do que propriamente as mais antigas instituições-museu, ligadas que estão a uma norma escolar da qual este público jovem se quer também emancipar” (Domingues 2003, 32).

E nada melhor do que as exposições para os que museus possam “competir” entre si e com as restantes ofertas do mercado cultural, cativar e fidelizar públicos e criar junto dos mesmos hábitos direcionados para as práticas culturais. É através das exposições e da interação que estabelece com as mesmas, que o público distingue as visitas que faz a cada museu, é através delas que o museu passa a sua mensagem aos mais diversos tipos de públicos. São as exposições que em qualquer museu representam uma “lufada de ar fresco” no número de visitantes e é por isso imperativo torná-las experiências agradáveis e o mais dinâmicas possível.

Uma exposição é um meio de comunicação que possibilita ao público vivenciar experiências tanto ao nível emocional como intelectual, difundindo culturalmente o

património e informações de foro didático, comercial e representacional, uma vez que é concebida para proporcionar aos cidadãos uma contextualização histórica e espacial.

Os museus e instituições de âmbito cultural ocupam um importante lugar entre os meios de comunicação, funcionando como um instrumento fundamental na promoção da cultura e da educação.

A sua função social auxilia a definição da identidade do museu, que não se restringe apenas à coleção que possui, mas também à “obrigação” de cumprir todas as valências que competem a qualquer instituição cultural: o estudo e a investigação, a incorporação, o inventário e a documentação, a conservação, a segurança, a educação, a interpretação e a exposição (Domingues 2003, 29).

Entre as particularidades que distinguem a situação e a morfologia dos museus e instituições culturais do século XX daquelas que originaram a sua configuração moderna no século XIX, destacam-se a preocupação no que diz respeito à especialização das suas equipas e dos respetivos conteúdos, de forma a atingir melhorias formais e técnicas capazes de acompanhar a preservação e a conservação aliadas à difusão das suas coleções. Esta última e fundamental característica referente à promoção da cultura e dos meios utilizados para a fazer chegar a todos os cidadãos, define o perfil das sociedades pós Revolução Industrial, onde a abertura das mentalidades e a conscientização da importância da cultura trouxe um novo protagonismo à relação com o público, o que anteriormente não se podia verificar, devido ao facto de até então, não constar nos objetivos da instituição a pretensão de constituir um espetáculo aliado a cada visita, de modo a cativar e satisfazer o público visitante. É esta noção do museu / instituição cultural, enquanto produtor cultural que faz com que os mesmos não se limitem, nos dias de hoje, às funções tradicionais de mera recolção, tratamento e exposição, mas tenha adquirido agora uma nova sensibilidade relativa à sua função social, que está diretamente ligada a um processo de expansão das instituições museológicas, às renovações conceituais, à tomada de consciência relativa à necessidade de proteger as obras catalogando-as, inventariando-as e estando permanentemente atentos ao seu percurso e estado de conservação, às alterações didáticas e tecnológicas que ocorrem constantemente na sociedade envolvente e que terão que ser

acompanhadas de perto pelo museu ou instituição, que deverá ser capaz de se desenvolver ao ritmo das restantes evoluções sociais. As diferenças socioculturais existentes entre os diversos países, manifestam consequentes fatores de separação cultural, estando a cultura e as vertentes culturais disponíveis, associadas ao desenvolvimento de cada civilização. O problema da identidade de determinada instituição, integrada num determinado local, com uma envolvente detentora de características específicas, constitui uma variante quer nacional, quer supranacional, a qual, se aplicarmos critérios sociológicos, diferenças socioeconómicas e culturais, pode explicar alguns fatores de funcionamento e de elaboração do pensamento sociocultural do povo, possível público que se pretende cativar e fidelizar relativamente às práticas culturais.

As novas correntes da museologia e a tomada de consciência acerca das responsabilidades sociais das instituições culturais, conseguiram impulsionar um mais aprofundado conhecimento relativo às atitudes e aos comportamentos sociais tidos pelos visitantes face à oferta dos museus que visitam, do património e da comunidade em que se inserem (Fernández 1999, 73).

É do conhecimento comum que as vertentes comunicacional e comercial dos museus e instituições ligadas à cultura são indissociáveis, sendo que às necessidades de cativar e fidelizar públicos, acresce sempre a concretização de objetivos comerciais e a venda de produtos inerentes à coleção apresentada. Surge assim uma nova maneira de encarar uma instituição museológica, conjugando estas duas áreas de forma harmoniosa.

A exposição é um mecanismo de disposição de objetos e visitantes. Mesmo indicando a aprendizagem nos museus como fator de importância, a verdade é que visitar museus e instituições culturais em geral continua a ser uma atividade de lazer, de passeio e convívio com familiares e amigos, em detrimento da ideia de que ir a um museu pressupõe uma vontade de aprender, conhecer e explorar. É imperativa a sensibilização dos visitantes, infantis e também adultos, numa contínua formação da cultura geral, para melhor desenvolverem as suas aptidões cognitivas e emocionais, ao mesmo tempo que funcionam como complemento curricular. Como ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e ao perfeito entendimento da educação patrimonial, surgem os serviços educativos, funcionando para satisfazer os objetivos de educar o público e quem com eles se relaciona, de aprofundar a matéria e estimular o estudo, a imaginação ou a criatividade, dependendo da faixa etária e das condições do público a que se destinam. São os serviços educativos das

instituições que estabelecem estratégias e atividades de forma a cativar o público, para que a mensagem que pretendem transmitir possa passar ao maior número de pessoas possível, sendo estes por vezes o cérebro da instituição cultural (Duarte 1994, 13).

“A relevância das artes na ação educativa centra-se no desenvolvimento de uma formação integrada do ser humano ao nível das dimensões cognitiva, afetiva e comunicativa. Este é um processo contínuo ao longo da vida. As experiências obtidas em contextos formais de aprendizagem, desde o jardim-de-infância à universidade, são inevitavelmente diferentes das que se realizam em museus ou outras instituições culturais. No entanto, ambas se complementam e enriquecem nas suas diferenças e nos pressupostos comuns” (Leite 2008, 34).

O Serviço Educativo visa reforçar a importância da articulação museu-escola através de práticas e de modelos abertos e flexíveis, que primam pelo estímulo da criatividade, da perceção estética e reafirmam o papel fulcral das artes na formação do ser humano enquanto ser social.

“A educação do olhar, a aprendizagem dos códigos visuais e a fruição das obras de arte podem contribuir para a construção de novas formas de ver e pensar o mundo, implicando uma abertura aos processos de mudança na própria sociedade. A experiência no museu possibilita diferentes níveis de leitura e de interpretação das obras e dos espaços. Os conhecimentos adquiridos, as experiências vividas e os olhares que se projetam revelam-se determinantes. A experiência no museu não se esgota numa visita” (Leite 2008, 35).

A descoberta do património por parte da comunidade converteu-se positivamente nos últimos trinta anos, no sentido de fomentar cada vez mais a busca de explicações e reflexões sobre a realidade envolvente e o enquadramento cultural dos seus visitantes. Nem as exposições temporárias, pensadas e materializadas para serem visitadas em grandes centros urbanos, conseguiram modificar a essência do público visitante mais comum, quando se trata de uma instituição cultural, já que os visitantes, enquanto seres oriundos de uma sociedade de pertença, possuem uma interpretação artística própria e uma conscientização coletiva, que os leva à busca de uma interpretação própria da exposição que visitam, e não se limitando apenas a absorverem a informação disponibilizada pelo museu ou espaço expositivo. A instituição museológica procura então alcançar o estatuto de lugar com uma envolvente social própria, começando a assumir uma vertente sociocultural rentável para a referida comunidade.

Falando agora do património cultural como elemento cativador de público mas também como legado da sua história enquanto membro da sociedade, este apresenta-se como instrumento de realização cultural da pessoa e de desenvolvimento da sua personalidade. O acesso aos bens culturais e a sua fruição entendem-se como necessários à formação do indivíduo, à expansão do seu conhecimento e ao moldar da sua personalidade, estimulando potencialidades e favorecendo a criatividade. Nesta ótica, o património desempenha uma função social.

Aquilo que é ou não é património, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado espaço de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. Neste sentido, toda a construção patrimonial é uma representação simbólica de uma dada versão da identidade, de uma identidade “manufaturada” pelo presente que a idealiza. Assim sendo, o património cultural compreenderá então todos aqueles elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais.

Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. Há o comum entendimento de que a permanência de certa categoria de objetos junto do povo ou de uma população que os considera seus ou que os criou, ou ainda que admira os artistas seus criadores, que muitas vezes são até artistas do seu tempo, são condições indispensáveis à preservação da identidade cultural da nação posta em causa face à multiplicação dos fenómenos da globalização. Com este fim, urge pois evitar que desapareçam ou se diluam os traços distintivos de uma cultura, entre os quais avultam os testemunhos materiais da sua génese, do seu percurso histórico e do seu génio criativo, o que justifica cada vez mais a existência de museus e de espaços de proteção da cultura.

No “Relatório Intercalar da Proposta de Lei de Bases do Património Cultural” (Correia [s.d.], [s.p.]) apela-se à atribuição de prioridades em todos os âmbitos mas sobretudo no que diz respeito à formação específica de técnicos intermédios e de nível superior nas áreas da Museologia, Arquivística, Conservação, Arqueologia, Engenharia, História e da Gestão Cultural – por outras palavras há que iniciar (ou levar à prática estratégias já delineadas em teoria) uma divulgação das mais valias que permitam optar por determinados caminhos

ligados ao património cultural e à forma de promover a sua conservação, promoção e devido tratamento e exposição em museus.

Toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a nível local, com a participação ativa de todos os agentes culturais. A ação cultural não pode continuar a conceber-se como um fenómeno isolado dos cidadãos e do próprio cenário no seio do qual se desenvolvem, em projectos de índole patrimonial, as decisões que devem tomar-se, não somente pelo poder de decisão centralizado, como também o mais proximamente do local onde se desenvolve a ação, nomeadamente no nível onde se opera e realizam as ações.

Mais ainda, pode optar-se por um determinado “modus operandi” baseado em estratégias anteriormente operadas mas, e como característica fundamental, recriá-las, adaptá-las ao meio em que se insere e contribuir para o desenvolvimento cultural dessa mesma zona, de dentro para fora, e nunca o contrário.

Para se conseguir um bom funcionamento administrativo e operativo, há que existir delegação de autoridade e descentralização de iniciativas, de modo a que todos os agentes envolvidos no processo participem e se responsabilizem pela sua execução, sentindo que o resultado final é produto do esforço e do empenho de todos e de cada um. Apenas através da articulação de esforços e de competências entre todos os níveis do poder e com a necessária participação das várias entidades com atribuições nos domínios do Património e do Turismo, como sejam as associações de património, a Igreja, as universidades, as empresas, entre outros, se poderá aspirar a uma melhor gestão do nosso riquíssimo património cultural. Uma gestão que realiza o uso eficaz e eficiente dos meios que tem ao seu alcance, favorecendo a investigação, a conservação, a criação, a produção, a difusão e o impacto social do património, de forma a que este possa ser legado a gerações futuras, consagrando-se assim o direito que cada comunidade tem à sua própria identidade e as suas próprias necessidades culturais, que devem assim ser adaptadas à sociedade a que pertencem.

4.3. – Expor para quem?

O visitante penetra em instituições de carácter museológico como num espaço vedado, de portas cerradas que é necessário conquistar, com normas explícitas a que deve obedecer, da distância obrigatória que mantém face ao que está exposto, do percurso que

lhe é sugerido numa imposição de vontade alheia, da observação interiorizada que lhe é exigida; o visitante deambula através de todo um conjunto de forças desligadas do quotidiano e é neste contexto que se induz a vivência que a instituição tem para lhe oferecer.

Esta imagem, porém, acaba por comprometer qualquer alternativa no sentido da função social dos espaços museológicos que, a todo o custo, se pretende atingir. Isto é: a rigidez normativa implica que o museu, galeria ou sala de exposições se apresente como um espaço severo no qual o visitante se sente coibido de se exprimir e comportar livremente. O respeito imposto por estas instituições face aos objetos expostos e cujo significado não está claro e definido, tornando-se inacessíveis, confere-lhe um aspeto frio e alheio que não consegue captar a empatia de uma parte do público.

O diálogo entre o visitante e a exposição é uma realidade difícil de conseguir através do espaço físico em que o primeiro se movimenta e o segundo permanece. Os objetos estão fora do alcance do visitante, pela introdução de barreiras, estrados, vitrines e todo um arsenal físico e psíquico que os separa definitivamente; mas, sobretudo, o objeto encontra-se deslocado do seu mundo real, da função específica para que foi concebido e em que foi utilizado. Este distanciamento provoca uma aura mítica que envolve a exposição numa espécie de autoridade prevalecente sobre o público a qual é posta em realce pela riqueza da coleção, pela sua raridade, pela carga do passado que suporta e pelo universo cognitivo que contém (Galindo 2010, 47).

A componente imperativa com as exposições se apresentam ao público, deriva do facto de ser este um local extraordinário em que o indivíduo se defronta com documentos relacionados com uma outra experiência de vida, pelo que lhe são distantes, mas relacionada com o Homem, pelo que lhe estão próximas. Ainda que estes elementos sejam concretos, eles atingem, em simultâneo, uma dimensão simbólica na medida em que representam algo que ultrapassa o Presente, fazendo parte do horizonte onírico de cada um de nós. A acumulação das peças e do conhecimento, que lhes está subjacente, sacralizam todo o espaço, porque se situam numa exposição para lá do que é comum.

Se a museologia atual pretende que o espectador atue como personagem interveniente e atuante, como protagonista face à mensagem que lhe é transmitida e em função dos estímulos que a exposição lhe proporciona, o museu ou qualquer instituição museológica produtora de exposições, deve conseguir, como fator primordial das suas

preocupações, abandonar a sua postura rígida e distanciada, promovendo-se como um elemento comunicante a todos os níveis e reconhecer que, em definitivo, o seu discurso não deve ser unilateral mas interativo (Galindo 2010, 48).

Esta função deveria, assim, investigar no sentido de evitar a passividade do visitante, criando canais de comunicação entre estes e a instituição e destes entre si, determinando os diversos níveis em que o público evolui. Existe um espaço físico, limitado e concreto, a partir do qual o visitante estabelece relações sensoriais imediatas de contacto com a instituição que visita, sobretudo porque este é um local de apelos essencialmente visuais. O percurso é definido a partir de toda uma série de elementos mais ou menos aparentes e que funcionam, para cada indivíduo de forma muito específica, como barreiras ou catalisadores.

Este não é um fenómeno uniforme que se repita de um visitante para outro nem mesmo que se mantenha constante em toda a visita na medida em que, para lá de todas as potencialidades de otimização do espaço asseguradas pelo museu existe o fator imprevisível e variável das disposições individuais em gostar ou rejeitar. Existe, num outro nível, o espaço sócio afetivo das relações que cada um estabelece com o grupo de pessoas que partilham do seu tempo de visita. As reações raramente são espontâneas em absoluto ou independentes da forma como se pretende impressionar o meio em que a pessoa se move e com que se defronta, em vários círculos de que ele é o centro: o grupo em que se integra, os outros visitantes ou o pessoal da instituição. As atitudes são intencionais, sejam elas intimadas e fugitivas ou ostensivas e provocatórias; mas são sempre formas de relacionamento interpessoais, mesmo que se não manifestem através de um contacto direto, porque o Homem é, antes do mais, um ser social. Num último plano, a vivência que cada indivíduo faz das instituições culturais, deriva do seu próprio universo cognitivo. As ideias e conceitos pré-estabelecidos que traz consigo determinam a sua pesquisa e o modo como gere a aprendizagem que lhe é propiciada. O percurso, o ritmo da visita e os pólos de atração são formulados, a este nível, pela área racional do indivíduo, o quociente de conhecimentos já adquiridos e o âmbito cultural em que estes se desenvolvem. O espaço físico em que a exposição se situa e as características sócio afetivas e culturais do público são, portanto, fatores de perturbação no diálogo que, entre ambos, se trava. Isto implica que a instituição acolhedora da exposição conheça, igualmente, os limites da sua própria comunicação, ou seja, que respeite e estimule a subjetividade do seu público-interlocutor e a forma como

este apreende a mensagem de forma única e pessoal. Ativamente, portanto, se o diálogo entre exposição e visitante for eficaz (Galindo 2010, 49).

Estas instituições passam assim a ter em vista a melhoria da qualidade de vida dos seus visitantes, assumindo uma responsabilidade social que anteriormente não tinham, fornecendo serviços culturais, pedagógicos, sociais e de apoio às mais diversas vertentes comunitárias, como afirmam Sandell Anderson, entre outros autores (Sandell 2007, 31-40).

Qualquer aproximação entre o espaço museológico e o seu público será sempre uma relação viciada pelos valores, ideologia e vontade de quem o organiza. O risco será, talvez, maior quando se pretende uma função didática porque, neste caso, a mensagem a transmitir é enfatizada e, como tal, a sua dimensão expressiva é potenciada. O objeto, para lá de ser mostrado, sua função permanente, possui significados múltiplos de incidência variável consoante o contexto e o ângulo em que é exposto. Uma amostragem não é, por isso, um ato inocente e, muito menos, neutro, porque dirige a atenção em determinado sentido e procura atingir um objetivo específico com a sua utilização. O público vê, sente ou experimenta o que lhe é dado dentro de determinados parâmetros previamente definidos. O percurso do visitante é orientado e leva-o a atingir e assimilar as propostas que a exposição lhe oferece.

Todo o ato de comunicar envolve este risco ou, simplesmente, esta perspetiva: captar a adesão do interlocutor e levá-lo a comungar do nosso próprio universo e da nossa vontade em estabelecer diálogo. Cabe, neste sentido a qualquer indivíduo-receptor agudizar o seu sentido crítico e capacidade seletiva criando, na leitura que lhe é dada, a sua própria interpretação e vivência interior. E cabe, também, ao indivíduo ou grupo-emissor multiplicar as abordagens, valorizar o objeto exposto, como significante diversificado e, na medida do possível, desvendar aquilo que na exposição existe de especificamente subjetivo em torno de cada um (Sandell 2007, 31-40).

Capítulo V – Dinamização Cultural

5.1. – Da Cultura de Elite à Cultura de Massas

A origem do conceito de “indústria cultural” está diretamente associada à Escola de Frankfurt, ou mais concretamente, a três dos seus membros fundadores de maior renome: Walter Benjamín (1892-1940), Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor W. Adorno (1903-1969), que perante as alterações ocorridas no plano cultural, na primeira metade do século XX, abriram novos horizontes a favor da melhoria das atividades culturais, tanto na forma de produzir como no lugar social conferido à obra de arte, estando estes valores em vigor até aos nossos dias, um século volvido.

Nos anos 30 do século XX, Walter Benjamín direccionou as suas obras “Pequeña historia de la fotografía” (1932) e “La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica” (1936), de forma tangencial para o conceito de indústria cultural, conceito este que terá ainda que esperar até se ver definido.

Já nos anos 40, encontrando-se exilados, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer publicaram “A Dialética da Ilustração”, obra de reflexão sobre a cultura e os processos industriais.

A situação política então vivida pelos três pensadores da Escola de Frankfurt, condicionou as suas reflexões acerca da “culpa” atribuída às indústrias culturais consideradas por estes autores como causadoras da perda de sentido estético na arte, já que afirmavam que os métodos de persuasão praticados pelas indústrias culturais eram os mesmos, quer fosse em regime ditatorial, quer estivéssemos perante um regime democrático. Se na Alemanha Nazi as indústrias culturais mais procuradas (rádio, cinema e imprensa escrita) serviam de transmissoras dos valores do regime, também nos Estados Unidos da América, através dos grandes estúdios cinematográficos de Hollywood e de televisão, era feita propaganda política, com explícita intensão de manipular o público (Alisal 2010, 12).

Em termos gerais, podemos afirmar que os três pensadores mencionados encaravam a cultura como elitista e consideravam que as novas técnicas de produção e de difusão eram perversoras, afastando a cultura da sua essência original.

Liderado por Andy Warhol, o movimento Pop trouxe uma reviravolta total ao nível do pensamento, surgindo a revalorização da cultura popular, também conhecida por cultura de massas e representada através de manifestações *kitch*.

O termo “indústria cultural” difundiu-se então a passos largos, sendo considerado pela UNESCO como conciliador da criação, da produção e da comercialização de conteúdos intangíveis de âmbito cultural, habitualmente protegidos pelos direitos de autor, mas que então surgiram como bens e serviços, onde as indústrias culturais passaram a ser uma fonte económica, em detrimento dos anteriores valores sociais e culturais que detinham.

No ano de 1982, consideravam já a existência de uma indústria cultural, quando os bens e os serviços culturais se produziam, reproduziam, conservavam e difundiam segundo parâmetros industriais e comerciais, ou seja, em série e recorrendo a estratégias económicas que se afastavam da finalidade de obter um maior desenvolvimento cultural.

Atualmente, as industriais culturais são objetivo prioritário dos governos, enquanto fonte de ingresso, em vez de serem encarados como transmissores de identidade cultural e social.

Se virmos o contexto global, verificamos que nos Estados Unidos, a indústria cultural está em segundo lugar no ranking das mais importantes. Na Europa, segundo a Kea European Affaire, as indústrias culturais moveram mais de 654.000 milhões de euros no ano de 2003, o que demonstra que o setor cultural contribuiu em 2,6% para o PIB (Produto Interno Bruto) da União Europeia., estando acima da alimentação (que contribuiu com 1,9%), da indústria têxtil (com 0,5%) e do setor imobiliário, que registou 2,1%. Além de ser um setor com um alto valor, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o comércio e o desenvolvimento, de 2005, estima-se que, com o setor cultural obtenha 1,3 biliões de dólares e uma taxa de crescimento anual de 7%. Estes dados são atualmente seguidos atentamente pelos governos locais, nacionais e internacionais (Alisal 2010, 13).

Não podemos analisar o desenvolvimento das indústrias culturais sem consultarmos os processos de mobilidade social, as mudanças ocorridas no seu seio no que concerne à educação, a afirmação de países e cidades, ou seja, de uma densa malha urbana. Podemos então constatar que o nível de desenvolvimento de um país será sempre proporcional ao nível de desenvolvimento da sua indústria cultural. Existindo uma cultura de massas e estando o acesso á cultura instituído democraticamente, visa-se que todos os cidadãos

tenham possibilidades, tanto económicas como educativas, que lhes permitam aceder e disfrutar destes serviços e bens culturais.

5.2. – O evento acessível ao público geral – Divulgação para um público de massa

A campanha de divulgação de qualquer atividade, em qualquer instituição, depende sempre do orçamento disponível, já que na maior parte das vezes, todos os materiais de divulgação, desde flyers, a cartazes, muppis, convites, banners ou mesmo a divulgação junto dos meios de comunicação social, implica a existência de custos para a instituição.

O catálogo não deve ser visto como um objeto meramente comercial, mas sim como a melhor e mais duradoura memória que quem o adquire guardará da exposição ou do evento cultural, pelo que deve ser apelativo, rigoroso e de qualidade. Deve conter textos e abordagens inéditas sobre a temática em questão, compilando estudos artísticos e científicos, capazes de justificarem a exposição e que contextualizem as obras expostas. O catálogo deverá ainda reunir a informação, muitas vezes dispersa, sobre determinado artista ou tema.

O comissário da exposição deve ser o responsável direto pela tarefa de compilar e redigir textos para o catálogo, visando sempre a utilidade do mesmo para quem o possa vir a consultar. Assim sendo, para que seja aplicada uma correta política cultural e facultada uma informação fidedigna e capaz de formar todos os que a ela acedem, as instituições, comissários e patrocinadores devem prever uma distribuição o mais abrangente possível não só dos catálogos, mas de flyers, folhas de sala, ou de outros materiais de divulgação que contenha a exposição/evento cultural.

Para uma divulgação eficaz é ainda fundamental a criação de uma mailing list completa e alargada, dirigida a públicos potencialmente interessados, os quais receberão convites e informações várias acerca do evento em questão. O convite deve ser sempre elaborado com vista à captação da atenção do visitante, devendo ser graficamente agradável e sugestivo mas também minimamente explicativo, já que é este a primeira imagem da exposição junto do público (Abreu 2006, 27-28).

Conclusões

O estágio na Reitoria da Universidade do Porto decorreu de 09 de novembro de 2011 a 15 de março de 2012, tendo proporcionado oportunidades de relação direta com as problemáticas da programação e produção de exposições e de eventos culturais em geral, pondo em prática diversas outras vertentes abordadas ao longo do mestrado em Museologia, criando ao mesmo tempo interfaces entre a formação e o exercício da atividade profissional.

Estagiar no Gabinete de Cultura, Desporto e Lazer foi uma experiência muito enriquecedora que possibilitou o conhecimento e o estabelecimento de uma relação direta com os diversos atores e agentes intervenientes no sector, o qual desenvolve iniciativas cruciais ao nível cultural.

E tendo esta instituição uma função tão importante ao nível das iniciativas culturais conclui-se que estas desempenham um papel fundamental no seio da comunidade, quer a um nível particular quer a um nível mais abrangente.

Numa altura em que somos confrontados com constantes mudanças sociais, políticas e económicas, as iniciativas culturais apresentam-se como um meio fundamental para que a sociedade se continue a desenvolver de forma equilibrada e sustentada.

O realizado na Reitoria da U.P. permitiu-me compreender melhor que *Nunca se trata de levar a arte ao povo, mas de levar o povo à arte. Por outras palavras, não vamos pôr os poemas de Pessoa em banda desenhada para serem mais acessíveis, mas devemos desenvolver as estruturas pedagógicas para que as pessoas entendam os poemas tais como eles são. Isto é o ABC de uma política cultural: promover a qualidade e criar dispositivos de ensino que permitam a inteligência adequada dessa qualidade.*

É fundamental ainda destacar que todo este processo nunca teria sido possível se as relações estabelecidas entre mim e os vários intervenientes não tivessem sido tão positivas como se revelaram.

Apesar de todo o exposto até ao momento, não é possível exprimir neste relatório a importância de todas as aprendizagens diárias, das conquistas constantes, das metas transpostas e das barreiras a derrubar diariamente.

Bibliografia

- ALISAL, Eloísa, 2010. *La Cultura como industria in g+c – revista de gestión y cultura*. Granada: Área de Trabajo. ISSN 1889-5190.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Organização de eventos: teoria e prática*.
- ASSOCIACIÓN ESPAÑOLA DE GESTORES DE PATRIMONIO CULTURAL. *O Património Cultural e o Gestor do Património Cultural*. Madrid: ARETE.
- BIZZOCCHI, Aldo, 2003. *Anatomia da Cultura – uma nova versão sobre ciências, arte, religião, esporte e técnica*. São Paulo: Palas Athena.
- BRITO, Janaina e FONTES, Nena, 2002. *Estratégias para Eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira, 1996. *Museologia e comunicação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 116 (Cadernos de Sociomuseologia, n. 9).
- CESCO, Cleuza Gertrude Gimenes, 1997. *Organização de Eventos*. São Paulo: Summus.
- CHAGAS, Mário de Souza, 1994. *Novos rumos da museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- CORREIA, José Manuel Sérvulo [et al], [s.d.]. *Relatório Intercalar – Proposta de Lei de Bases do Património Cultural*. Lisboa.
- DOMINGUES, Álvaro [et al], 2003. *A Cultura em Acção: impactos sociais e territórios*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0691-7.

- FERNÁNDEZ, Luis Alonso, 1999. *Introducción a la Nueva Museología*. Madrid: Arte y Música Alianza Editorial. ISBN 84-206-5748-4.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso, 1993. *Museología – Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*. Madrid: Ediciones Istmo, S.A. ISBN 84-7090-278-4.
- FERNÁNDEZ, Luis Alonso, 1999. *Museología y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal. P. 73
- GALINDO, Francisco, 2010. *Cultura y acción exterior in g+c – revista de gestión y cultura*. Granada: Área de Trabajo. ISSN 1889-5190.
- GARCÍA BLANCO, Ángela, 1999. *La exposición: un medio de comunicación*. Madrid: Ediciones Akal. ISBN 84-460-1039-9.
- GIA GALGLIA, Maria Cecília, 2002. *Organização de Eventos: teoria e prática*. São Paulo: Editor STS.
- GONÇALVES, Carmem L. Alves, 1998. *Organização de Eventos com arte e profissionalismo*. Fortaleza: Sebrae.
- HEIN, George, 1998. *Learning in the Museum*. Routledge.
- HENNING, Michelle, 2006. *Museums, Media and Cultural Theory*. ISBN: 10: 0-335-21419-3.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, 2003. *El museo como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea. ISBN 84-89427-87-9.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean, 1004. *Education, communication and interpretation: towards a critical pedagogy in museums*. In: HOOPER-GREENHILL, E. (org.). *The educational role of the museum*. London: Routledge, p.3-25.

- LORENTE, Jesus Pedro, 2003. *Museología Crítica y Arte Contemporáneo*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza. ISBN 978-84-7733-638-9.
- MAGALHÃES, Fernando, 2006. *Museus, Património e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profedições. ISBN 972-5862-16-0.
- MATIAS, Marlene, 2002. *Organização de eventos*. 2a Ed. São Paulo: Manole.
- MEIRELLES, Gilda Fleury, 1999. *Tudo sobre eventos*. São Paulo: editora STS.
- NAKANE, Andréa, 2000. *Técnicas de organização de eventos*. Rio de Janeiro: Infobook.
- PACHECO, Aristides de Oliveira, 2000. *Manual de Organização de banquetes*. 2.ª Edição. São Paulo: SENAC.
- SANDELL, Richard, 2007. *Museums, Prejudice and the Reframing of Difference*, Routledge. ISBN 10: 0-415-36748-4.
- SANTOS, Cândido, 1996. *Universidade do Porto – Raízes e Memória da Instituição*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- SILVA, Armando Coelho da [et al], 2002. *Museus da Universidade do Porto. Projeto Museológico*. Porto: Revista da Faculdade de Letras.
- The Council for Museums, Archive and Libraries, 2001. *Museologia – Roteiros Práticos de Educação em Museus 3*. Universidade de São Paulo. Fundação Vitae. ISBN 85-314-0646-3.
- VEIGA, Margarida [et al], 2007. *Exposições – Diferentes Perspetivas*. Porto: Setepés.
- ZOBARAN, Sérgio, 2004. *Evento é assim mesmo*. Rio de Janeiro: SENAC.

Consultas web:

- http://www.crup.pt/images/documentos/legislacao/regime_juridico/DecretoLei_n._96.2009_de_27_de_Abril.
- www.reit.up.pt – maio de 2012
- www.reit.up.pt – setembro de 2012
- <http://sigarra.up.pt/sasup> - maio de 2012

Anexos

Anexo I
Diário de Bordo

Diário de Bordo

Relatório diário das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular desenvolvido no Departamento de Cultura, Desporto e Lazer (DCDL) da Reitoria da Universidade do Porto, no âmbito do 2.º ano de Mestrado em Museologia

1.º dia – 09 de novembro de 2011

- Apresentação da Instituição e da equipa do Departamento de Cultura, Desporto e Lazer, assim como da equipa do Departamento de Comunicação e Imagem.
- Elaboração do dossier de pedido de patrocínios para o evento “Ciclo de Música Clássica UP 2012”. (que não chegou a ser realizado) – Conceção de textos, tratamento de imagens, apresentação do projeto e dos músicos que o constituem.

2.º dia – 10 de novembro de 2011

- Continuação da elaboração do dossier de pedido de patrocínios para o evento “Ciclo de Música Clássica UP 2012”. (que não chegou a ser realizado) – Conceção de textos, tratamento de imagens, apresentação do projeto e dos músicos que o constituem.

3.º dia – 11 de novembro de 2011

- Continuação da elaboração do dossier de pedido de patrocínios para o evento “Ciclo de Música Clássica UP 2012”. (que não chegou a ser realizado) – Conceção de textos, tratamento de imagens, apresentação do projeto e dos músicos que o constituem.

4.º dia – 15 de novembro de 2011

- Recrutamento de voluntários;
- Divulgação do programa de voluntariado da Universidade do Porto (site Migos) através do software Sigarra da Reitoria e da Universidade do Porto.
- Elaboração de cartas de pedido de patrocínios para solicitar o apoio de terceiros na realização de diversos eventos produzidos pelo DCDL.

5.º dia – 16 de novembro de 2011

- Divulgação da exposição “A Arte da Luz”, no âmbito da iniciativa “Mostra Espanhola 2012”.
- Elaboração de pedidos de autorização para as “Visitas Guiadas pela História do Porto”, com Joel Cleto.

6.º dia – 17 de novembro de 2011

- Elaboração de tabelas de custos relativa às atividades inerentes à exposição “Reservas” de Armanda Passos, situada na Casa Andresen;
- Apoio à exposição “Reservas” de Armanda Passos.
- Apoio à montagem da exposição “Arte da Luz”.

7.º dia – 21 de novembro de 2011

- Apoio à montagem da exposição “Arte da Luz”.
- Preparação e acompanhamento da inauguração da exposição “Arte da Luz”.

8.º dia – 22 de novembro de 2011

- Inventário de materiais disponíveis no DCDL;
- Elaboração da tabela de Programação Cultural do DCDL para o ano de 2012.

9.º dia – 23 de novembro de 2011

- Distribuição de materiais de divulgação referentes à exposição “Obra Gráfica” de Armanda Passos, situada no Edifício Histórico da Reitoria da Universidade do Porto.
- Contatos com a Câmara Municipal do Porto a fim de pedir autorizações para visitas.

10.º dia – 25 de novembro de 2011

- Continuação da elaboração da tabela de Programação Cultural do DCDL para o ano de 2012.

- Reunião com o Dr. Luís Cabral para definir questões referentes à Mesa Redonda intitulada “O Centro de Estudos Humanísticos: uma Memória na Cidade”.

11.º dia – 29 de novembro de 2011

- Elaboração de cartas de pedido de patrocínios.

12.º dia – 30 de novembro de 2011

- Elaboração de cartas de pedido de patrocínios.
- Preparação do Salão Nobre para a conferência sobre os “Antigos Docentes da Universidade do Porto”.

13.º dia – 06 de dezembro de 2011

- Elaboração de pedidos de patrocínios para as exposições do DCDL;
- Elaboração de tabelas de programação de exposições e de eventos culturais com os respetivos orçamentos.

14.º dia – 07 de dezembro de 2011

- Elaboração de tabelas da Programação com a distribuição de eventos pelas respetivas salas e orçamentos de custos de cada um.

15.º dia – 13 de dezembro de 2011

- Continuação da elaboração de tabelas da Programação com a distribuição de eventos pelas respetivas salas e orçamentos de custos de cada um.

16.º dia – 15 de dezembro de 2011

- Verificação para avaliação dos contos participantes no concurso “Cem Anos, Cem Palavras”, realizado no âmbito das comemorações do Centenário da Universidade do Porto.

- Reunião de equipa sobre o concurso e os trâmites regedores da participação no mesmo.

17.º dia – 16 de dezembro de 2011

- Ordenação dos participantes do concurso “Cem Anos, Cem Palavras” de acordo com as indicações do júri.

18.º dia – 20 de dezembro de 2011

- Inventário e Arquivo de catálogos de todas as exposições do DCDL realizadas até à data.

19.º dia – 21 de dezembro de 2011

- Elaboração de uma lista com os participantes dos workshops que ficaram sem efeito com a finalidade de proceder a devoluções e reembolsos das inscrições.

20.º dia – 03 de janeiro de 2012

- Acolhimento e contabilidade de visitantes da exposição “Coleção Egípcia.
- Medidas dos valores de temperatura e de humidade relativa para a elaboração de uma tabela comparativa das variações.

21.º dia – 04 de janeiro de 2012

- Conceção e distribuição de sinalética indicativa das exposições.
- Medidas dos valores de temperatura e de humidade relativa para a elaboração de uma tabela comparativa das variações.

22.º dia – 05 de janeiro de 2012

- Preenchimento de formulários para solicitar autorizações para a realização do evento “Mostra Coral”.

23.º dia – 09 de janeiro de 2012

- Distribuição de convites para o ciclo de conferências “Diálogos com a Ciência III”.
- Alterações dos materiais de divulgação;
- Formação no âmbito da utilização do Sigarra e da introdução de notícias de divulgação dos eventos do DCDL no mesmo.
- Início da desmontagem da exposição “Reservas” de Armanda Passos.

24.º dia – 10 de janeiro de 2012

- Divulgação no Sigarra e nas redes sociais do ciclo de conferências “Diálogos com a Ciência III”.
- Apoio à programação e à produção das “Visitas Guiadas pela História do Porto”, por Joel Cleto.

25.º dia – 11 de janeiro de 2012

- Inscrições para das “Visitas Guiadas pela História do Porto”, por Joel Cleto.

26.º dia – 12 de janeiro de 2012

- Produção das “Conferências Juniores” – (canceladas por falta de participantes);
- Produção da conferência “Diálogos com a Ciência III” – preparação do Salão Nobre, instalação de equipamentos multimédia, teste de som.

27.º dia – 17 de janeiro de 2012

- Recolha e tratamento de materiais bibliográficos sobre as temáticas abordadas no estágio.

28.º dia – 18 de janeiro de 2012

- Elaboração de uma tabela comparativa da afluência de públicos às várias exposições do DCDL (análise de tipos de público e de picos horários).

29.º dia – 19 de janeiro de 2012

- Tratamento das bases de dados disponíveis para o envio de divulgação referente aos eventos do DCDL;
- Elaboração de um regulamento para as salas de exposição.

30.º dia – 24 de janeiro de 2012

- Continuação da elaboração de um regulamento para as salas de exposição.

31.º dia – 25 de janeiro de 2012

- Continuação da elaboração de um regulamento para as salas de exposição.

32.º dia – 26 de janeiro de 2012

- Continuação da elaboração de um regulamento para as salas de exposição.
- Produção e montagem de equipamentos para as “Conferências Juniores”.
- Preparação do Auditório Ruy Luís Gomes.

33.º dia – 31 de janeiro de 2012

- Pedido de Autorização à Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) para a realização do evento “Tradições à Letra”.
- Submissão de faturas de pagamento relativas à participação nos workshops do DCDL.
- Atualização da tabela de Programação Cultural para o ano de 2012.

34.º dia – 01 de fevereiro de 2012

- Divulgação dos eventos do DCDL;
- Reunião de equipa do DCDL;
- Atualização da tabela de Programação Cultural para o ano de 2012.

35.º dia – 02 de fevereiro de 2012

- Produção e montagem de equipamentos para as “Conferências Juniores”.
- Acolhimento de participantes, distribuição de inquéritos de participação e participação na “Conferência Juniores”;
- Análise de documentação bibliográfica no âmbito do estágio.

36.º dia – 08 de fevereiro de 2012

- Reunião com o coordenador do Departamento de Comunicação e Imagem (CI), (Dr. Raul Santos) para estabelecer datas, conteúdos e formas de divulgação dos eventos do DCDL;
- Produção do evento “Mostra UP 2012”.

37.º dia – 09 de fevereiro de 2012

- Elaboração de tabela de divulgação e de envio de materiais gráficos, de acordo com os parâmetros definidos na reunião com o Dr. Raul Santos (CI).
- Produção e apoio às “Conferências Juniores”
- Levantamento de equipamentos multimédia junto da TVU.

38.º dia – 10 de fevereiro de 2012

- Instalação de equipamentos multimédia e preparação de conferências no Salão Nobre.
- Divulgação dos eventos do DCDL.

39.º dia – 13 de fevereiro de 2012

- Reunião com os Diretores do Museu da Farmácia (comissários da “Homenagem a uma Figura Eminente da UP 2012” – Aníbal Cunha);

40.º dia – 14 de fevereiro de 2012

- Conclusão da tabela de divulgação.

41.º dia – 15 de fevereiro de 2012

- Produção e montagem dos suportes e materiais da conferência “Rocha Peixoto”.

42.º dia – 16 de fevereiro de 2012

- Continuação da conclusão da tabela de divulgação.
- Inserção do DCDL na rede Museologia.porto.

43.º dia – 20 de fevereiro de 2012

- Apoio à programação e à produção das “Visitas Guiadas pela História do Porto”, por Joel Cleto.
- Pedido de autorização à Câmara Municipal do Porto para circulação dos objetos provenientes da desmontagem da exposição “A Arte da Luz”.

44.º dia – 23 de fevereiro de 2012

- Organização da contabilidade de horas dos vigilantes das exposições.

45.º dia – 28 de fevereiro de 2012

- Apuramento e medição de vitrines e de outros suportes expositivos disponíveis e seleção dos mais adequados às exposições a realizar futuramente.

46.º dia – 29 de fevereiro de 2012

- Desmontagem da amostra de materiais expositivos referentes à conferência “Rocha Peixoto”.
- Divulgação da Comemoração do Centenário do Orfeão Universitário do Porto;
- Divulgação da exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”.

47.º dia – 01 de março de 2012

- Elaboração do layout para a exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”;
- Montagem da exposição.

48.º dia – 06 de março de 2012

- Desmontagem da exposição “A Arte da Luz”.

49.º dia – 07 de março de 2012

- Produção e divulgação do concerto “Ciência com Termografia – Anatomia Musical, do Visível ao Invisível”.

50.º dia – 08 de março de 2012

- Tabela de contatos para atualização da base de dados de divulgação de eventos do DCDL.

51.º dia – 13 de março de 2012

- Concessão e distribuição do vídeo de divulgação do “Ciclo de Cinema Francófono”;
- Instalação de equipamentos audiovisuais na exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia” – site de consulta e visita panorâmica à cidade do Cairo.

52.º dia – 14 de março de 2012

- Concessão e distribuição dos vídeo de divulgação do “Ciclo de Cinema Francófono” e da exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”;
- Distribuição dos vídeos no Metro do Porto.

53.º dia – 15 de março de 2012

- Requisição de equipamentos audiovisuais (TVU.) e instalação dos mesmos no Salão Nobre) – produção da conferência “Diálogos com a Ciência III).
- Montagem da exposição “Detalhes da Fascinação Egípcia”.

Anexo II

Ficha de Inscrição para os eventos do DCDL

Visitas guiadas à Exposição da Coleção Egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto

PÚBLICO EM GERAL

Sábado (10 horas ou 15 horas)
1,5 € por visitante (crianças até 12 anos não pagam)
Visita com duração média de 45 minutos

Mínimo de 10 visitantes
Máximo de 25 visitantes

Departamento de Cultura Desporto e Lazer
Reitoria da Universidade do Porto
Praça Gomes Teixeira (Praça dos Leões)
4099-002
Porto

Para mais informações:
+351 220 408 000 (Alexandre Lourenço)
ws@reit.up.pt
*Obrigatório

VISITA GUIADA

Data pretendida *
Consultar informações sobre as datas possíveis

Nº de acompanhantes *

Lista dos participantes
Preencher caso tenha incluído acompanhantes na sua inscrição.

Tecnologia [Google Docs](#)

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

Imagem 10: Ficha de Inscrição para visitas guiadas à Exposição “Coleção Egípcia”